



conhecimento

PUBLICAÇÃO ANUAL

NÚMERO 1 • ABRIL DE 2015



A Lei do Mar **16**

Da abundância à escassez:
a crise hídrica no Sudeste **20**

Agronegócio e
Meio Ambiente **26**

Chances inexploradas
nos parques brasileiros **32**

Desenvolvimento para Sempre

A agenda ambiental no debate político brasileiro

SUMÁRIO

EDITORIAL 5

ESPECIAL 6

Desenvolvimento sustentável,
sempre para depois



6

POLÍTICAS PÚBLICAS

- 25 Desenvolvimento **para sempre**
- 26 Agronegócio e **Meio Ambiente**
- 28 Pelo fim dos lixões, **sem prorrogação**

A arte do **recobrimento**



10

FLORESTAS

- 30 O aniversário da floresta **mais ameaçada do país**
- 32 **Chances inexploradas** nos parques brasileiros
- 34 **O lado conservacionista** das empresas brasileiras

A lei do **mar**



16

MAR

- 36 **Área verde** do mar
- 38 Um patrimônio sem **mecanismos de proteção**
- 40 **Aumento do consumo** de pescados apoia-se cada vez mais em importados

Da abundância à escassez:
a crise hídrica no Sudeste



20

CIDADES

- 42 Porque o Tietê **continua sujo**
- 44 **O alerta da água** para o zoneamento urbano em São Paulo
- 45 **O que ganhamos** se o Minhocão de São Paulo virar parque



A **Fundação SOS Mata Atlântica** é uma ONG brasileira que trabalha desde 1986 na proteção dessa que é a floresta mais ameaçada do país. Atua em 3 frentes – Florestas, Mar e Cidades – e realiza diversos projetos nas áreas de monitoramento e restauração da Mata Atlântica, proteção do mar e da costa, políticas públicas e melhorias das leis ambientais, educação ambiental, campanhas sobre o meio ambiente, apoio a reservas e unidades de conservação, dentre outros. Todas essas ações contribuem para a qualidade de vida, já que vivem na Mata Atlântica mais de 72% da população brasileira.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA

Avenida Paulista, 2073, Conjunto Nacional
Torre Horsa 1 – 13º andar, cj 1380
01311-300 – São Paulo, SP.

Email: info@sosma.org.br

Tel.: (11) 3262-4088

www.sosma.org.br



www.facebook.com/SOSMataAtlantica



www.twitter.com/sosma



www.youtube.com/user/SOSMata



<http://instagram.com/sosmataatlantica>

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA

Presidente

Pedro Luiz Barreiros Passos

Vice-Presidência de Mar

Roberto Luiz Leme Klabin

Vice-Presidência de Comunicação

Roberto Oliveira de Lima

Vice-Presidência de Finanças

Morris Safdie

CONSELHOS

Conselho Administrativo

Beatrice Padovani Ferreira, Clayton Ferreira Lino, José Olympio da Veiga Pereira, Fernando Reinach, Gustavo Martinelli, José Renato Nalini, Luciano Huck, Paulo Nogueira-Neto, Pedro Leitão Filho e Sonia Racy

Conselho Fiscal

Luiz de Moraes, Marco Antonio Fujihara e Silva Mac Dowell

DIRETORIAS

Diretoria Executiva e Gestão do Conhecimento

Marcia Hirota

Diretoria de Políticas Públicas

Mario Cesar Mantovani

Diretoria Administrativa e Financeira

Olavo Garrido

Diretoria de Comunicação e Marketing

Afra Balazina

DEPARTAMENTOS

Administrativo/Financeiro

Lidiane Pedrosa, Adriana de Oliveira, Aislan Silva, Camila Costa, Giselle Lima, Italo Sorrihla, Jonas Morais, Thais Santos e Vanessa Correa

Comunicação

Anaéli Bastos e Jessica Rampazo

Conhecimento

Marcelo Bolzan

Documentação

Andrea Godoy Herrera

Eventos e Marketing

Joice Veiga e Audrey Borsetto

Filiação

Yuri Menezes

Recursos Humanos

Anderson Almeida

Relacionamento

Luiza Cardenas

Tecnologia da Informação

Kleber Santana

PROGRAMAS/PROJETOS

Áreas Protegidas

Érika Guimarães e Monica Fonseca (consultora)

Costa Atlântica

Camila Keiko Takahashi, Diego Igawa Martinez e Leandra Gonçalves (consultora)

Exposição Itinerante

Patrícia Ferreti, Ana Lucia Voidella e Tiago Felix

Plano Municipal da Mata Atlântica

Mariana Gianiki e Vivian Castro (consultoras)

Políticas Públicas e Mobilização

Beloyanis Monteiro, Lidia Parente* e Rejane Pieratti* (*consultoras)

Rede das Águas

Maria Luiza Ribeiro, Cesar Pegoraro, Gustavo Veronesi, Marcelo Naufal*, Adriana Bravim*, Nadja Soares de Moraes* (*consultores)

Voluntariado

Romilda Roncatti

CENTRO DE EXPERIMENTOS FLORESTAIS

Gerente de Restauração Florestal e

Coordenador do Florestas do Futuro

Rafael Bitante Fernandes

Coordenadora de Restauração Florestal e

Clickarvore

Aretha Medina

Administrativo

Ana Paula Guido e Joveni Pereira de Jesus

Educação Ambiental

Kelly de Marchi

Clickarvore e Viveiro

Éder Augusto Marin, Ismael Alves da Rocha, Berlânia Maria dos Santos, Celso Bueno da Cruz, Fernanda Aparecida dos Santos, José Zacarias Mariana Roseira e Wilson Fernandes

Florestas do Futuro e campo

Roberto Cândido e Joaquim Prates

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Adauto Basílio, Adriana Margarido, Carlos Abras, Daniela Moretto, Lucas Oliveira e Tamiris do Carmo

CONHECIMENTO

Ano 1 | Ed. 1 | 2015

Coordenação Geral

Marcia Hirota

Comitê de Pauta

Afra Balazina, Malu Ribeiro,
Marcelo Bolzan, Marcia Hirota,
Mario Mantovani e Pedro Luiz Passos

Coordenação Editorial

Marcelo Bolzan

Artigos

Diego Igawa Martinez
Leandra Gonçalves
Malu Ribeiro
Marcia Hirota
Mario Mantovani
Pedro Luiz Passos
Roberto Klabin
Roberto Rodrigues

Colaboração

Andrea Vialli
Marcelo Leite
Sérgio Adeodato
Thiago Medaglia

Revisão

Anaéli Bastos

Seleção de Imagens

Andrea Godoy Herrera

Projeto Gráfico e Diagramação

Ana Cristina Silveira/AnaCê Design

EDITORIAL

Mais de 3.200 municípios, 60% das cidades brasileiras, onde vivem 145 milhões de pessoas, possuem florestas ou resquícios de Mata Atlântica. Muitas dessas áreas estão nas zonas urbanas habitadas por 72% da população brasileira. É por isso que acreditamos que preservar a Mata Atlântica é uma questão que afeta todos os brasileiros.

A Fundação SOS Mata Atlântica atua no aprimoramento, na regulamentação e na implementação da legislação que protege a Mata Atlântica. Mais recentemente também tem atuado na criação da Lei do Mar, que visa proteger nossa costa da mesma maneira que a Lei da Mata Atlântica protege nossas florestas.

Com o objetivo de monitorar as florestas preservadas, as matas que vem sendo reconstituídas e as áreas sob risco de destruição, a SOS Mata Atlântica mantém uma parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O monitoramento permite avaliar a proteção do bioma, a atuação dos governos no cumprimento da lei e, infelizmente, daqueles que destroem o que resta da Mata, além de informar à sociedade o estado de saúde desse bem tão precioso.

Mas não basta monitorar e informar, é preciso preservar e restaurar. Através de parcerias com o setor privado, organizações pares, e as diversas esferas do governo, a SOS Mata Atlântica organiza, coordena ou colabora com iniciativas que visam proteger, restaurar, ampliar e criar novas áreas de Mata Atlântica. Englobando todas essas atividades, existe um grande esforço educativo. Afinal, sem uma verdadeira conscientização da importância da Mata Atlântica, o futuro desse importante bioma não está garantido.

Parte desse programa de difusão do conhecimento inclui a divulgação de informações técnicas, opiniões de especialista, críticas às políticas públicas e denúncias por meio de artigos publicados na imprensa escrita. Durante o ano de 2014 foram publicados 48 artigos em jornais como a Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo, O Globo, Valor Econômico e o Correio Braziliense, entre outros.

Essa coletânea reproduz parte do material já publicado, ladeados por quatro artigos inéditos escritos por jornalistas que têm desempenhado um papel importante na cobertura de pautas ambientais: Andrea Vialli, Marcelo Leite, Sérgio Adeodato e Thiago Medaglia.

Sabemos que a agenda ambiental de maneira geral, e a preservação da Mata Atlântica e do Mar em particular, só será colocada no centro das decisões políticas, sociais e econômicas do Brasil se a sociedade assim o desejar, se for capaz de expressar claramente esse desejo e se exigir que isso ocorra. Esperamos que essa coletânea nos ajude a atingir esse objetivo.

Boa leitura!

Conselho Administrativo da Fundação SOS Mata Atlântica

Beatrice Padovani Ferreira, Clayton Ferreira Lino, José Olympio da Veiga Pereira, Fernando Reinach, Gustavo Martinelli, José Renato Nalini, Luciano Huck, Morris Safdie, Paulo Nogueira-Neto, Pedro Leitão Filho, Pedro Luiz Barreiros Passos, Roberto Luiz Leme Klabin, Roberto Oliveira de Lima e Sonia Racy.

© BETO OLIVEIRA /AGÊNCIA CÂMARA



Desenvolvimento sustentável, **sempre para depois**



Por **MARCELO LEITE**, repórter especial e colunista do jornal *Folha de S.Paulo* e autor do livro paradidático “Paisagens Naturais – Espaço, sociedade e biodiversidade nos grandes biomas brasileiros” (Ed. Ática).

Como que renunciando o pior, a carta aberta da SOS Mata Atlântica aos candidatos na eleição de 2014 – intitulada “Desenvolvimento para Sempre” – começava dizendo que a agenda ambiental do Brasil passava por um processo de enfraquecimento, pela falta de incentivos dos governos para efetivar o desenvolvimento sustentável. Estava certa, e desde então há mais sinais a indicar que se agrava esse enfraquecimento.

A primeira e mais óbvia constatação é o naufrágio da candidatura de Marina Silva. Pode-se atribuir sua submersão a muitos fatores conjunturais e fortuitos da campanha eleitoral, mas a própria desimportância das questões ambientais na plataforma política da candidata “verde” já sugeria o diagnóstico hoje bem mais fácil de afirmar, após os fatos: a agenda da natureza ainda padece de um enraizamento apenas superficial na base da sociedade, e tanto governantes quanto candidatos carecem de incentivos, portanto, para lhe dar prioridade.

Não ajuda, por certo, que o trator a passar por cima do programa vagamente ambiental de Marina Silva fosse movido pelo nacional-desenvolvimentismo fóssil da pior escola, o que o sociólogo Ricardo Abramovay chama de “extrativismo progressista”, à maneira da Argentina (de olho no xisto), Bolívia (gás natural) e Venezuela (nadando em óleo e problemas). A agenda do ambiente já trombava com Dilma Rousseff muito antes que ela chegasse à Casa Civil e à Presidência, ainda no Ministério das Minas e Energia, quando se semeavam hidrelétricas na Amazônia, termelétricas a combustíveis fósseis e planos grandiosos para o pré-sal.

Não admira, assim, que o tema ambiental tenha estado notavelmente ausente da campanha eleitoral. Algo espantoso, dado que o país – e em especial o Sudeste – adentrava já naquela altura uma das mais graves estiagens de que se tem registro. Nada menos que 72% da população brasi-

leira, ou 145 milhões de pessoas, vivem no mais castigado bioma nacional, a Mata Atlântica, da qual dependem para suprir o mais básico dos insumos naturais, água.

A Grande São Paulo é o exemplo mais candente dessa omissão, pois seus 20 milhões de habitantes ajudaram a eleger um governador, Geraldo Alckmin (PSDB), que banuiu a crise da propaganda política e, em grande medida, foi seguido por seus adversários. Da candidata reeleita para o Planalto tampouco se ouviram propostas para essa emergência, que agora ameaça também a geração de energia elétrica. O silêncio de Dilma Rousseff prossegue neste início de segundo mandato, ao passo que Alckmin ao menos vai reconhecendo, gota a gota que se evapora, a situação de racionamento e agravando as medidas emergenciais para enfrentar a crise de abastecimento. No que respeita a soluções estruturais, contudo, os governantes continuam fixados nas grandes e bilionárias obras civis para aumentar a oferta, sem atentar para providências mais óbvias e baratas, como recuperar as áreas de Mata Atlântica devastadas na região de mananciais do Sistema Cantareira, o mais importante da área metropolitana da capital paulista.

No país todo, a floresta chuvosa que cobria mais de 1 milhão de km² ao longo do litoral atlântico foi devastada a ponto de sobrar apenas 8,5% da superfície original em fragmentos com mais de 100 hectares (ha). Se incluídos os terrenos florestados com mais de 3 ha, o percentual sobe para 12,5%. Qualquer que seja a conta, é muito pouco para sustentar a maioria das capitais brasileiras que se localiza no domínio do bioma, assim como as grandes e médias cidades do Sudeste. Diante da negligência dos governos estaduais e federal, caberia às administrações municipais – são 3.429 cidades na área de influência do bioma – tomar a dianteira nesse processo de regeneração.

NADA MENOS QUE 72% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, OU 145 MILHÕES DE PESSOAS, VIVEM NO MAIS CASTIGADO BIOMA NACIONAL, A MATA ATLÂNTICA, DA QUAL DEPENDEM PARA SUPRIR O MAIS BÁSICO DOS INSUMOS NATURAIS, ÁGUA.

O arcabouço jurídico para tanto já existe. A Lei da Mata Atlântica (nº 11.428/06) diz que os municípios com remanescentes devem assumir sua parte na proteção do bioma, começando por adotar um Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) que explicita medidas de proteção, conservação, recuperação e uso sustentável da floresta, as quais trarão vários benefícios à comunidade. Por exemplo, criação ou ampliação de áreas protegidas municipais, recuperação de áreas de risco e proteção aos mananciais de abastecimento, assim como o acesso a fundos financeiros de ressarcimento pela conservação e provimento de serviços ecossistêmicos (produção água, captura de gases do efeito estufa, manutenção da biodiversidade etc.).

TEMPESTADES

Nem mesmo a chegada de um verão inclemente, no entanto, foi capaz de pôr esses temas vitais na agenda de políticas públicas do país, não pelo menos com a prioridade que deveriam ter. O governo federal agora colhe tempestades, como na macroeconomia, com suas políticas expansionistas a qualquer custo – mas não por esbarrar em limitações ambientais, cabe assinalar. O resultado do escândalo da Petrobras e das turbulências no mercado de eletricidade pode até ser benigno para o ambiente, mas nada se altera nas políticas que ensejarão sua retomada se e quando aos fundamentos da economia voltarem aos trilhos preferidos pelo mercado financeiro.

Os poucos sinais não de todo desencorajadores se encontram, quem diria, no quadrante desmatamento/emissões de carbono. Em que pese a aprovação de um Código Florestal cujos impactos de médio e longo prazos ainda são difíceis de discernir, a perda de florestas na Amazônia manteve-se em trajetória de queda no primeiro mandato de Dilma Rousseff. De um patamar de mais de 7.000 km² nos dois últimos anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente) logrou reduzir a taxa anual para uma média de 5.432 km² no quadriênio de Dilma, a menor de qualquer governo anterior. Com isso, o governo federal mantém que as metas de emissões de carbono assumidas voluntariamente pelo Brasil serão cumpridas.

POR QUE O PAÍS REFUGA UM ACORDO INTERNACIONAL PARA COMPROMETER-SE COM METAS COMO ZERAR O DESMATAMENTO ATÉ 2030?

Ainda que com atrasos e algumas dificuldades, avança um importante instrumento de transparência, o cadastro ambiental rural (CAR). Em novembro de 2014, uma área total de 1.320.000 km² de propriedades se achavam cadastradas, segundo o Ministério do Meio Ambiente, ou o equivalente a um terço da superfície a ser mapeada. Em paralelo, o sistema TerraClass revela que 113 mil km² (15%) dos mais de 760 mil km² desmatados na Amazônia se achavam em regeneração entre 2008 e 2012 (bem mais do que se perdeu de floresta no período, 44 mil km², segundo a contabilidade sempre otimista do governo federal – como se a velocidade desses processos fossem comparáveis).

Em resumo, há sinais encorajadores emanados de Brasília, até porque projetos e políticas iniciados uma década atrás, ou mais, seguem em amadurecimento e rendendo frutos, como o PPCDam (Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia). Na esfera estadual também há desenvolvimentos animadores, como o programa Municípios Verdes do Pará. Mas não faltam, tampouco, razões para preocupar-se, pois vários outros sinais deixam patente que o tema ambiental mantinha baixa prioridade na agenda presidencial e no programa de governo da candidata Dilma Rousseff (se é que cabe falar de um), como se pôde ver na campanha eleitoral de 2014.

Dois episódios próximos da eleição de outubro deixaram essa baixa prioridade evidente. O primeiro foi a participação da presidente Dilma Rousseff na Cúpula do Clima convocada pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, para Nova York, em 23 de setembro. Embora tenha gabado em seu discurso no plenário da ONU as realizações do Brasil na área florestal, como a redução de 79% do desmatamento na Amazônia em 10 anos e ter deixado de lançar a média anual de 650 milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera, sua passagem por Nova York ficou marcada pela recusa em aderir à Declaração de Florestas.

Se tem tantos resultados para mostrar, por que o país refuga um acordo internacional para comprometer-se com metas como zerar o desmatamento até 2030? O governo brasileiro apelou para questões formais, como a alegada ausência de consultas e convites oficiais. E, também, ao argumento de que parte do desmatamento no

país é lícito, ou seja, as derrubadas não afetam as áreas de reserva legal e de preservação permanente, o que é verdadeiro.

Por outro lado, poderia ter sido uma voz forte para defender que prevaleça o conceito de desmatamento líquido, quer dizer, que leve em conta as áreas em regeneração ou que venham a ser reflorestadas. Como parte de um programa consistente de recuperação, estas poderiam perfeitamente compensar a devastação residual provocada pela abertura de novas áreas para agricultura, nas quais de resto deveriam ser compulsoriamente adotadas práticas agrícolas de baixo carbono.

DESCONTROLE AMAZÔNICO

Se o Planalto resiste a assumir esse papel de vanguarda na questão florestal é porque sabe que não tem ainda o controle efetivo sobre os processos dinâmicos que levam a mais ou menos desmatamento na Amazônia. O repique de 29% na taxa de devastação entre 2012 e 2013 foi um evidência disso, assim como a atitude dúbia (para não dizer manipulativa) da presidente candidata e de sua ministra do Meio Ambiente a respeito da divulgação dos dados de monitoramento produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) – o segundo episódio do período eleitoral a que me referi há pouco.

Dilma Rousseff e Izabella Teixeira tinham um trunfo em mãos, o novo recuo, de 18%, na taxa de desmatamento de 2014 em relação à anterior (de 5.891 km², em 2013, para 4.848 km²). A candidata chegou a anunciar de maneira cifrada, num tuíte de campanha, que haveria redução, mas não divulgou os números.

Uma das razões, certamente, foi que os dados apurados pelo sistema Prodes, do INPE, se referiam ao período de 12 meses encerrado em julho de 2014, e o outro sistema de monitoramento do Instituto, o Deter – que não é o mais apropriado para totalizar áreas de corte raso, pois foi desenvolvido para apoiar a ação fiscalizadora do Ibama –, haver indicado que a retomada da devastação estava a pleno vapor em agosto e setembro. A publicação dos números do Deter acarretaria dano eleitoral à presidente, que naquele momento ainda sofria o assédio da candidatura Marina Silva.

O GOVERNO FEDERAL PRECISARIA AVANÇAR EM POLÍTICAS PÚBLICAS NAS QUAIS ENFRENTA MAIS RESISTÊNCIA, COMO A AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E COMBATE AO DESMATAMENTO.

Os artigos dos autores convidados não refletem, necessariamente, a opinião da Fundação SOS Mata Atlântica.

Diante do risco, o governo federal optou por sonegar os dados, que tradicionalmente eram divulgados de mês em mês (às vezes com atraso). Eles só foram levados a público em novembro, depois do segundo turno, e confirmaram um salto no desmatamento, como havia sido informado pela Folha de S.Paulo. Pior: o INPE se submeteu ao Ibama e aceitou uma nova sistemática de publicação trimestral dos relatórios do Deter, com omissão de dados primários que sempre estiveram disponíveis para organizações acadêmicas e do terceiro setor, um retrocesso de dez anos na política de transparência da instituição.

O que fica evidente é que, para além dos sucessos já alcançados no combate ao desmatamento na Amazônia, as políticas atuais já dão de encontro com os limites de sua eficácia possível. Para seguir adiante, o governo federal precisaria avançar em políticas públicas nas quais enfrenta mais resistência, interna ou de aliados, como a ampliação do sistema de unidades de conservação, regularização fundiária, elevação do imposto territorial rural, combate ao desmatamento e grilagem em projetos de assentamento da reforma agrária e demarcação e homologação de terras indígenas. Fragilizada como começa seu segundo mandato, é mínima a chance de que Dilma Rousseff ponha a mão nesses vespeiros.

INDICAÇÕES ALARMANTES

Não bastassem esses sinais desalentadores, o governo também emitiu outros. Reagiu mal às estimativas de emissões de carbono do país, que segundo o Observatório do Clima cresceram 7,8% em 2013. Escolheu para o Ministério da Agricultura uma notória adversária de causas ambientais, Kátia Abreu, e para a pasta da Ciência, Tecnologia e Inovação um cético declarado do aquecimento global, Aldo Rebelo, que também militou para flexibilizar o Código Florestal. E, se o desmatamento caiu na Amazônia durante o governo Dilma Rousseff, aumentou em outros biomas brasileiros, como o Cerrado e a Mata Atlântica.

Não há, portanto, razão alguma para animar-se com a qualidade e a quantidade das políticas públicas ambientais no segundo governo Dilma. Um excelente motivo para dedicar-lhes ainda mais vigilância. ■



A arte do **recobrimento**



© ALEXANDRE MACEDO/SOSMA



Após três séculos de exploração desde o ciclo econômico da cultura cafeeira, pouco restou de mata nativa às margens da rodovia Marechal Rondon (SP-300), uma homenagem ao sertanista brasileiro que abriu caminhos e desbravou terras para o povoamento do oeste do país. De lado a lado, a paisagem é pontilhada por pequenos e raros nacos de floresta, aqui e acolá. Em cenário hoje ocupado por indústrias e cidades cada vez maiores que se juntam umas às outras, uma propriedade rural incomum chama atenção. No portão de entrada, à beira da rodovia, no município de Itu (SP), a 102 km da capital paulista, a placa “Centro de Experimentos Florestais” sinaliza a busca de conhecimento para virar o jogo da destruição. E indica que nada está totalmente perdido diante dos atuais esforços para a restauração da Mata Atlântica.

O trabalho lá desenvolvido reflete a expectativa de se atingir um novo patamar no conserto dos estragos, abrangendo o bioma como um todo. No local, a estrutura abandonada de uma antiga fazenda de café transformou-se em trincheira para produção de mudas, pesquisas, educação ambiental e capacitação técnica, destinadas à conservação e recuperação da floresta. No lugar dos terreiros de secagem dos grãos foram construídos estacionamentos e viveiros com capacidade de 750 mil mudas por ano, de mais de 80 espécies nativas. Velhos armazéns viraram auditório, alojamentos e escritórios. E as casas dos antigos moradores abrigarão a futura biblioteca. Ao lado do jardim sensorial para o contato de deficientes com a natureza, o Centro de Interpretação da Mata Atlântica reproduz de maneira lúdica a dinâmica e interações da floresta, tendo recebido cerca de 10 mil visitantes em 2014.

A história de transformações começou em 2007, quando a propriedade foi cedida em regime de comodato à Fundação SOS Mata Atlântica pela indústria de bebidas Brasil Kirin, que a utiliza como fonte hídrica para a fábrica, instalada na vizinhança. A parceria foi além da adequação às normas ambientais, com recomposição da reserva legal e Áreas de Proteção Permanente (APP). Mais de dois terços dos 524 hectares receberam plantio de quase 800 mil mudas que aos poucos redeseñham a paisagem original, com funções vitais de uma floresta.

Por **SÉRGIO ADEODATO**,

repórter especializado em temas socioambientais, com atuação em veículos como *Valor Econômico* e revista *Página 22*, e autor dos livros “Amazônia – Floresta Assassinada” (Terceiro Nome, São Paulo), “Reciclagem Ontem, Hoje e Sempre” (CEMPRE, São Paulo), “A Natureza do Piauí” (Suzano, São Paulo), “Compras Sustentáveis” (FGV, São Paulo) e “Caatinga Selvagem – O legado de um projeto de desenvolvimento para a conservação da fauna” (MCLÉ, São Paulo).

VISTA ÁREA, DE NOVEMBRO DE 2012, DO CENTRO DE EXPERIMENTOS FLORESTAIS

Assim, diante da estrutura técnico-científica lá existente, a área tornou-se referência de restauração florestal bem sucedida. Após cinco anos de trabalho, o volume da água subterrânea aumentou 20%. O da superficial cresceu 5%, com surgimento de duas novas nascentes perenes, que hoje totalizam 19.

Do alto de uma torre metálica que funciona como mirante, é possível constatar o resultado do recobrimento do espaço ocupado por pastagens após o período histórico do café. Em solo, uma trilha interpretativa cruza remanescentes florestais e áreas em processo de restauração, permitindo verificar em campo detalhes de como a paisagem nativa renasce. Recepcionado por um coral de cigarras, o visitante caminha por matas secundárias, onde a exploração de madeira no passado poupou relíquias como jequitibás, copaíbas e enormes cipós conhecidos como “escada de macacos”. Pegadas de onça-parda, já encontradas ali, indicam a qualidade do ambiente que se regenera.

A produção de mudas e a geração de conhecimento pelos experimentos em Itu nutrem ações da SOS Mata Atlântica, conduzidas também em outras regiões do bioma, para o fomento à plantação de espécies nativas e o desenvolvimento da cadeia da restauração florestal. A atividade integra proprietários rurais, viveiros, coletores de sementes e empresas especializadas em projetos de reflorestamento. No programa Florestas do Futuro, criado em 2004, foram plantadas até o momento 5 milhões de mudas, totalizando 136 projetos, grande parte ligada a empresas. Uma delas, o grupo NKG, um dos maiores exportadores de café do mundo, cedeu áreas para reflorestamento de APP em fazendas de Santo Antônio do Amparo (MG) para cumprir as normas do selo socioambiental Rainforest Alliance, exigido por compradores no exterior. Enquanto em Campinas (SP) condomínios residenciais receberam mudas para a restauração da mata como diferencial que valoriza o imóvel, no município de Pinheiral (RJ) o projeto de reflo-

© ALEXANDRE MACEDO/SOSMA



restamento na fazenda do Colégio Agrícola Nilo Peçanha tornou-se ferramenta de educação.

As iniciativas ilustram um novo modo de enxergar a conservação de florestas e a recuperação do que foi destruído – não mais como empecilho aos negócios ou uma obrigação que significa apenas custos. A recente crise hídrica de São Paulo ecoou o alerta. “Ao proteger nascentes e atrair polinizadores, por exemplo, as ações reduzem riscos e geram aumento da produtividade”, afirma Rafael Bitante Fernandes, coordenador de restauração florestal da SOS Mata Atlântica. “Aos poucos, vencemos barreiras como a falta de políticas e a desinformação sobre as relações das florestas com os ganhos econômicos no campo e a qualidade de vida nas cidades”.

O cenário atual é fruto de um dos primeiros programas institucionais que direcionaram esforços à restauração florestal: o Clickarvore, idealizado no ano 2000 para angariar adeptos à causa do recobrimento do bioma, por meio da internet. O resultado superou as expectativas e hoje a plataforma digital se constitui em uma das principais ferramentas de mobilização para o plantio de árvores no país. Cada click no site vale um voto para definir as regiões onde serão plantadas as mudas patrocinadas por empresas parceiras do programa. Fornecidas pelo viveiro da SOS Mata Atlântica ou por outros espalhados pelo bioma, as espécies nativas são cultivadas mediante assistência técnica em propriedades rurais que ofereceram áreas para reflorestamento, com compromisso de fazer a manutenção das mudas em crescimento.

Em dez anos, foram doadas 21 milhões de mudas para plantio em propriedades de 10 estados, no total de 1,7 mil projetos, com prioridade para Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), restauração de APP, conectividade de paisagens, proteção de recursos hídricos e demanda de certificação.

Diante do grande interesse, o programa foi aperfeiçoado ao longo do tempo para a otimização dos plantios. O número de mudas por hectare aumentou 1,7 mil para 2,5 mil, abrangendo no mínimo 80 espécies nativas. Em paralelo, os esforços foram centrados em estados que adotam políticas públicas e normas mais exigentes de restauração florestal, como São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além de regiões onde há parcerias e a ca-

deia de serviços está estruturada. O município de Extrema (MG), por exemplo, famoso pelo programa pioneiro que remunera produtores rurais pela proteção da água, recebeu 300 mil mudas desde 2008.

Em 2010, o Clickarvore incorporou uma novidade: proprietários rurais cuja área adquiriu características de floresta três anos após o plantio das mudas passaram a receber incentivo econômico adicional da SOS Mata Atlântica, como bônus pelo serviço ambiental que prestam à sociedade. O pagamento varia de R\$ 0,08 a R\$ 0,49 por muda, conforme o tamanho total da área.

O benefício se estende aos viveiros, que recebem R\$ 0,24 por muda fornecida. A estratégia tem contribuído para a viabilidade econômica da produ-

EM DEZ ANOS, FORAM DOADAS 21 MILHÕES DE MUDAS PARA PLANTIO EM PROPRIEDADES DE 10 ESTADOS, NO TOTAL DE 1,7 MIL PROJETOS, COM PRIORIDADE PARA RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN), RESTAURAÇÃO DE APP, CONECTIVIDADE DE PAISAGENS, PROTEÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E DEMANDA DE CERTIFICAÇÃO.

ção de mudas nativas. “O olhar agora está no enriquecimento da floresta, na regeneração natural de áreas impactadas sem a necessidade de plantios e na restauração florestal com fins econômicos”, informa Aretha Medina, coordenadora da produção de mudas pela SOS Mata Atlântica.

Pesquisas recentes comprovam o sucesso de novos modelos de restauração que priorizam na fase inicial espécies produtoras de sementes e de recobrimento – aquelas de rápido crescimento que criam um ambiente de floresta no curto prazo, no máximo em dois anos. “Depois a área é enriquecida com espécies medicinais, frutíferas e madeireiras, como o guapuruvu, para aproveitamento econômico”, explica Ricardo Rodrigues, pesquisador do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal, da ESALQ/USP, em Piracicaba (SP). Segundo ele, há estudos indicando que a taxa de retorno anual pode chegar a 15%, o que é bastante atrativo. A atividade pode render até 10 ve-

zes mais que o gado, mas exige a formatação de um sistema de crédito para ser impulsionada.

Em função das demandas ambientais, a restauração da paisagem natural tende a ser um novo vetor de desenvolvimento, com geração de emprego e renda. No entanto, falta o mercado enxergá-la como um bom negócio, inclusive no que se refere às transações com carbono, no contexto de um possível acordo climático global a ser definido em 2015. “Além do ganho financeiro, que ajuda na conscientização e agrega valor à floresta reconstruída em reservas legais e APP, as pesquisas científicas têm proporcionado redução dos custos em até 60%”, revela Rodrigues.

O atual desafio é atingir maior escala nas soluções. E concentrar estudos em novos métodos de monitoramento dos plantios de mudas para verificar se a flo-

ALÉM DE DAR SUPORTE AO PLANEJAMENTO DA PAISAGEM, OS DADOS DO DESMATAMENTO TÊM LEVADO O MINISTÉRIO PÚBLICO A ADOTAR MODELOS DE CONTROLE QUE AGORA SE DISSEMINAM EM OUTROS BIOMAS.

resta reconstruída cumpre suas funções vitais. “Sob o ponto de vista científico, estamos preparados para atender a demanda do Código Florestal”, conclui o pesquisador. Ele lamenta a paralisia da restauração de florestas no país, nos últimos cinco anos, em decorrência das indefinições legais: “A partir de agora, será necessário reconstruir a cadeia produtiva”.

A aplicação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), com o mapeamento das áreas que precisam ser recuperadas conforme determina a nova legislação, abre novas perspectivas. De acordo com estudo encomendado à Universidade Federal de Minas Gerais pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), do governo federal, a Mata Atlântica tem um passivo florestal a ser restaurado que totaliza 6 milhões de hectares, incluindo reservas legais e APP – um terço do total registrado para o Brasil.

O conserto deverá ser lento e caro. Para o país, a meta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) é reflorestar 12,5 milhões de hectares em 20 anos, sen-

do 390 mil hectares nos primeiros cinco anos. Os dados compõem a proposta de uma Política Nacional de Recuperação de Vegetação Nativa, cujo documento de 79 páginas será disponibilizado para discussão pública no começo de 2015, conforme decisão tomada na última reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

“O projeto rebate em outros ministérios, inclusive da área econômica, prevendo incentivos ao mercado de produtos florestais”, revela Carlos Scaramuzza, diretor de Conservação da Biodiversidade do MMA. A execução do plano, que inclui oito diferentes iniciativas, está orçada inicialmente em R\$ 181 milhões. “Há grande interesse no tema, pois a bola da vez é a criação de mecanismos para o Código Florestal ser cumprido na prática”, justifica Scaramuzza.

Neste contexto, uma ferramenta se mostra estratégica como subsídio à mobilização da sociedade civil, pesquisas científicas, políticas de governo, planejamento municipal e ações de fiscalização e controle: o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica. Lançado em 1990, o mapeamento por imagens de satélite foi continuamente aperfeiçoado, cobrindo hoje todos os 17 estados do bioma. Aplicada pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), a tecnologia de monitoramento evoluiu a ponto de hoje permitir um zoom na área de municípios do bioma para comparar a cobertura florestal de um ano para outro.

De acordo com o último estudo, o desmatamento aumentou 9% no período de 2012 a 2013. A perda atingiu 239 km² – a maior taxa anual desde 2008. No total, em quase três décadas, a Mata Atlântica perdeu 18.509 km², equivalente à área de 12 cidades de São Paulo. A floresta que restou cobre o bioma aos pedaços e representa 12,5% da vegetação original, contando os fragmentos de mata nativa acima de 3 hectares.

Evidencia-se, assim, a necessidade de esforços para a conexão de fragmentos por meio da regeneração natural e do plantio de árvores, de modo que a biodiversidade tenha condições de sobrevivência e a população se beneficie dos serviços ambientais ofertados por uma floresta bem conservada. O Pacto para Restauração da Mata Atlântica, rede que agrupa várias organizações atuantes no bioma, planeja recompor 15 milhões de hectares para dobrar os atuais remanescentes de vegetação



© ALEXANDRE MACEDO/SOSMA

nativa. Em São Paulo, o governo estadual divulgou em 2014 um plano para recobrir 20 mil hectares com floresta. Além disso, a mitigação de obras de infraestrutura, obrigadas a compensar impactos ambientais por meio de reflorestamento, aquece a demanda. No Rio de Janeiro, a estimativa é o plantio de 24 milhões de mudas por conta dos jogos olímpicos de 2016.

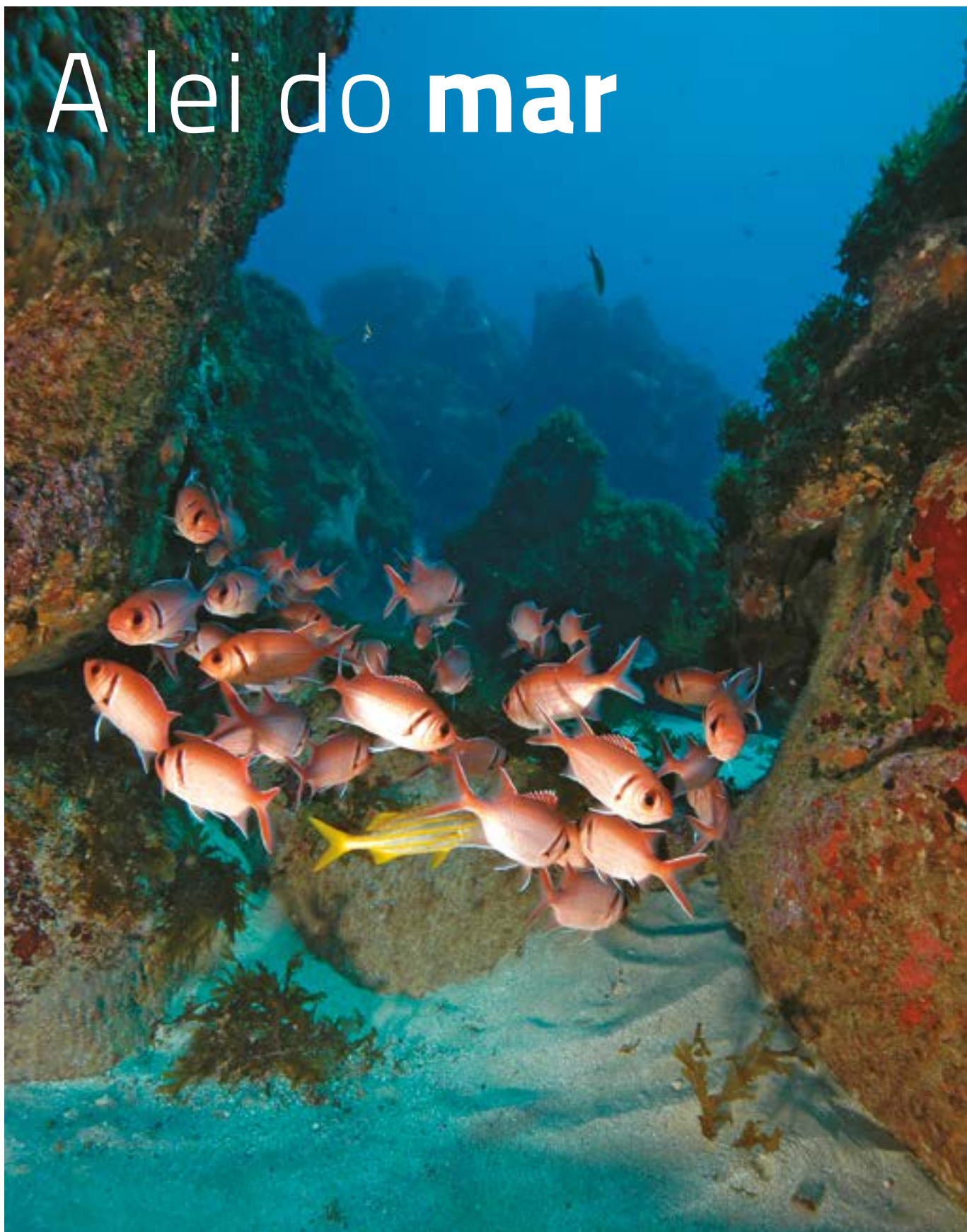
Mas restauração é apenas uma faceta das soluções. Em paralelo, há o desafio de manter o que restou de floresta nativa contra o apetite de atividades causadoras de desmatamento, como a agropecuária, a expansão imobiliária e a extração de madeira para lenha e carvão. “É mais eficiente e barato remunerar quem preserva do que investir para recuperar áreas desmatadas”, atesta Marcia Hirota, diretora-executiva da SOS Mata Atlântica.

Além de dar suporte ao planejamento da paisagem, os dados do desmatamento têm levado o Ministério Público a adotar modelos de controle que agora se disseminam em outros biomas. Os números e as

imagens de satélite pressionam governos a agir. A boa notícia vem de Minas Gerais, que permanece na liderança do desmatamento pelo quinto ano consecutivo, mas registrou decréscimo de 22% na derrubada de árvores na última pesquisa. A queda é resultado de moratória que impede a concessão de licenças e autorizações para retirada de vegetação nativa do bioma – medida autorizada pelo governo mineiro após solicitação da SOS Mata Atlântica.

Ao localizar os remanescentes florestais, o Atlas subsidia a criação de parques e outras áreas protegidas, a adoção de incentivos – como o ICMS Ecológico – e a elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica, necessário para os 3.429 municípios do bioma acessarem recursos destinados à conservação, conforme determina a lei. A precisão do mapeamento permite descer ao nível local, aproximando proprietários de terra, políticos e organizações não governamentais na busca por soluções. O desafio é ajudar o cidadão a perceber o quanto a floresta pode fazer a diferença na qualidade de vida, especialmente nas cidades. ■

**CENTRO DE
INTERPRETAÇÃO DA
MATA ATLÂNTICA
– PROJETO
“APRENDENDO COM
A MATA ATLÂNTICA”**



A lei do mar

© ZAIRA MATHEUS/ATLANTIS DIVERS

A diversidade e a beleza das paisagens litorâneas contrastam com uma dura realidade: o Brasil protege menos de 2% de seus ecossistemas costeiros e marinhos, embora tenha assumido, no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica das Nações Unidas, o compromisso internacional de proteger 10% até 2020. Com 50,7 milhões de pessoas vivendo próximas ao mar ao longo de seus 7.416 km de costa, construir um modelo que concilie a conservação ambiental, atividades econômicas sustentáveis e a preservação do patrimônio cultural das populações é fundamental para que a meta seja alcançada. E o primeiro passo para isso é inovar na maneira de legislar sobre o tema.

Por isso a Fundação SOS Mata Atlântica vem trabalhando de forma eloquente em trazer as questões ligadas ao mar para o amplo debate na sociedade, ao mesmo tempo em que insere os biomas marinhos e costeiros cada dia mais em sua estratégia de atuação – prova disso é a divisão criada na organização para assuntos ligados ao mar. Além de programas desenvolvidos há anos para fomentar pesquisas e trabalhos no bioma marinho e costeiro, caso do Programa Costa Atlântica, em operação desde 2006, a Fundação tem desempenhado papel atuante na proposição de políticas públicas que conciliem preservação e desenvolvimento sustentável. E o principal instrumento para isso é o Projeto de Lei Nº 6.969/2013 – a Lei do Mar.

O Projeto de Lei foi apresentado na Câmara dos Deputados em dezembro de 2013 e institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho (PNCMar), conferindo um marco regulatório, ainda inexistente em nosso país, para toda a extensão territorial costeira e marinha. De autoria do deputado federal e ex-ministro do Meio Ambiente Sarney Filho (PV/MA), o texto inova na sua visão sobre o mar e nos instrumentos para proteger os ecossistemas associados, bem como em compatibilizar sua proteção com os usos econômicos necessários, tais como a pesca, o turismo, a navegação, as atividades portuárias e de exploração mineral.

BIOMA MARINHO

Uma das principais novidades que a Lei do Mar traz é instituir o bioma marinho no Brasil. Atualmente as zonas costeiras e marinhas são ecossistemas associados aos biomas brasileiros – especialmente Mata

Atlântica e Amazônia, não sendo consideradas um bioma em si. A Lei do Mar muda essa concepção e faz justiça à imensa diversidade de paisagens e de vida marinha existentes do Oiapoque ao Chuí. A partir dessa nova perspectiva, os estuários, manguezais, falésias, costões rochosos, dunas, restingas e praias, além de toda a rica biodiversidade associada a essas paisagens passam a ser considerados, em si, um bioma. A riqueza biológica dos ecossistemas costeiros tornam essas áreas verdadeiros berçários naturais para uma infinidade de espécies, especialmente as nativas desses ambientes: 50% das espécies de corais e 20% das espécies de peixes encontradas em nossa costa são endêmicas. Isso sem falar dos animais que migram para as regiões costeiras brasileiras durante seu período reprodutivo.

Além de instituir o bioma marinho brasileiro, a Lei do Mar também inova nos instrumentos destinados ao planejamento do uso dos recursos naturais. Um desses instrumentos é o Planejamento Espacial Marinho Nacional e Regional, que observará indicadores nacionais de qualidade e saúde ambiental marinha, metas de conservação, recuperação e uso sustentável, bem como relatórios, inventários e planos de ação setoriais. Outro instrumento previsto no PL será a Avaliação Ambiental Estratégica, pertinente no caso de avaliações e estudos prévios de impacto ambiental e licenciamento ambiental. O Sistema de Áreas Marinhas Especialmente Protegidas ficará responsável por compilar dados estatísticos e realizar o monitoramento e ordenamento pesqueiro. Por fim, a Lei do Mar prevê o uso de instrumentos econômicos compatíveis com a sustentabilidade dos recursos, tais como o pagamento por serviços ambientais (PSA), compensação por redução de emissões de gases de efeito estufa, crédito financeiro com juros subsidiados e incentivos tributários especiais, especialmente para boas práticas de pescas, certificações socioambientais e controle de origem.

Por **ANDREA VIALLI**, jornalista e consultora na área de sustentabilidade. Colabora com veículos como *Valor Econômico* e *Página 22* e é autora do livro "O Azul da Mata Atlântica", publicação da série SOS Mata Atlântica lançada em 2013.

A FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA VEM TRABALHANDO DE FORMA ELOQUENTE EM TRAZER AS QUESTÕES LIGADAS AO MAR PARA O AMPLO DEBATE NA SOCIEDADE, AO MESMO TEMPO EM QUE INSERE OS BIOMAS MARINHOS E COSTEIROS CADA DIA MAIS EM SUA ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO.

“O Projeto de Lei utiliza a ciência como base para o planejamento do uso dos recursos naturais, o que não é uma prática recorrente no Brasil. Em geral, as decisões de planejamento são feitas com base em decisões políticas”, afirma Leandra Gonçalves, bióloga e consultora da SOS Mata Atlântica para a área de Mar. Na prática, explica a bióloga, instrumentos como o Planejamento Espacial Marinho trarão metas e indicadores que poderão ser monitorados e revisados. “As leis não podem ser simplesmente rígidas quando se trabalha com a natureza. Isso porque toda e qualquer medida aplicada, se cumprida, terá efeito na biodiversidade e no ecossistema. Então as ferramentas que esse PL traz também preveem essa flexibilidade, esse monitoramento e essa avaliação”, conclui.

Os instrumentos econômicos previstos na nova lei também traduzem uma visão inovadora e alinhada com a mais atualizada ciência que se produz sobre os ambientes marinhos. Hoje se sabe que 15% de toda a proteína consumida no mundo é proveniente da pesca e que 25% das emissões de gás carbônico causadas pelas atividades humanas são absorvidas nos oceanos, o que faz com que os ambientes marinhos sejam exímios prestadores de

serviços ambientais – tanto a comida quanto o ar que respiramos. “As ferramentas de pagamento por serviços ambientais terão espaço para discussão com a nova lei, pois os biomas marinhos prestam inúmeros serviços fundamentais para a qualidade de vida na Terra. Os manguezais são berçários de inúmeras espécies de peixes e crustáceos. Sem eles, não há pesca”, afirma Leandra.

PARTICIPATIVO

Dar ouvidos à ciência, bem como às comunidades que tradicionalmente vivem do mar, aos legisladores e também a representantes dos setores econômicos envolvidos foi um dos principais diferenciais da Lei do Mar. Foram mais de 50 especialistas consultados, representando universidades, ONGs, Ibama, ICMBio, a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, a Secretaria da Comissão Interministerial para Recursos do Mar (Secirm), a Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara, Ministério da Pesca e o setor privado.

Os trabalhos que levaram à elaboração do PL Nº 6.969/13 foram coordenados pela SOS Mata Atlântica, que promoveu workshops com a participação de todos esses especialistas e convidou-os a tecerem aprimoramentos sobre o rascunho inicial do texto, até que tomasse forma na versão final, de autoria do deputado federal Sarney Filho. “A participação de dezenas de especialistas, representando toda a sociedade brasileira, legitima ainda mais a nossa proposta, que é extremamente equilibrada em termos de preservação, conservação, acesso ao uso e produção”, diz Sarney Filho. O deputado, que foi ministro do Meio Ambiente entre 1999 e 2002, durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, conta que participar do processo de elaboração da Lei do Mar foi como embarcar em uma viagem no tempo, de volta aos seus dias à frente do Ministério.

“Quando estava no Ministério, em janeiro de 2000, nos deparamos com o vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo combustível na Baía de Guanabara. A mancha se espalhou por 40 quilômetros quadrados e os danos aos manguezais foram incalculáveis. Determinamos, na ocasião, a aplicação de multa no seu valor máximo, de R\$ 50 milhões, bem como a adoção de medidas pertinentes à recuperação das áreas atingidas”, relembra Sarney Filho.

© ZAIRA MATHEUS/ATLANTIS DIVERS



OS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PREVISTOS NA NOVA LEI TAMBÉM TRADUZEM UMA VISÃO INOVADORA E ALINHADA COM A MAIS ATUALIZADA CIÊNCIA QUE SE PRODUZ SOBRE OS AMBIENTES MARINHOS.

O desastre afetou milhares de famílias que viviam da pesca, que viram a oferta de peixes despencar em razão da poluição. Poucos meses depois, em julho, outro desastre ambiental de grandes proporções deixou o país boquiaberto: em Araucária, no Paraná, um vazamento na Refinaria Getúlio Vargas, também da Petrobrás, despejou 4 milhões de litros de óleo nos rios Barigui e Iguaçu, com danos igualmente incalculáveis à fauna e flora locais, e comprometendo o abastecimento de água. Em março de 2001, a plataforma P-36 afundou na Baía de Campos, em uma profundidade de 1.200 metros e acarretou um prejuízo de 1.500 toneladas de óleo derramadas em alto mar.

Segundo Sarney Filho, os desastres ambientais com que lidou ao longo de sua gestão acabaram servindo de inspiração para a formulação de um projeto de lei que fosse rígido em relação a temas como a poluição e acidificação das águas, a pesca predatória, a degradação de habitats e também protegesse os serviços ambientais prestados pelos oceanos. “Os princípios constitucionais e jurídicos adotados no Projeto de Lei foram os do poluidor-pagador e usuário-pagador; protetor-recebedor e provedor-recebedor; precaução; prevenção; participação, transparência e controle social; gestão e responsabilidade compartilhadas; manejo ecossistêmico integrado e proteção dos ecossistemas marinhos; respeito aos direitos da população, em especial das comunidades extrativistas”, enumera o deputado.

TRAMITAÇÃO

Apresentado à Câmara em dezembro de 2013, o Projeto de Lei Nº 6.969/13 foi encaminhado à apreciação das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Está, desde então, parado na primeira comissão, pois pouco avançou ao longo de 2014 – ano em que a atividade legislativa ficou prejudicada em razão de eventos como a Copa do Mundo e as eleições. “Ao longo de 2014 esse processo não avançou, mas espera-se que neste ano de 2015 lhe sejam dadas as devidas celeridade e prioridade. Afinal, toda a extensão territorial costeira e marinha ainda carece de um marco regulatório”, afirma Roberto Klabin, vice-presidente da SOS Mata Atlântica para área de Mar. A ideia é que o PL seja aprimorado

ao longo de sua tramitação nas comissões, resultando em uma lei que represente os anseios da população e traga integração entre as políticas que versam sobre o bioma marinho. “A aprovação da nova Lei do Mar é prioridade máxima para Frente Parlamentar Ambientalista em 2015 e diante disso, vamos propor a realização de audiência pública para obtermos mais contribuições e avançarmos com a matéria”, diz Sarney Filho.

As contribuições da SOS Mata Atlântica no que tange a políticas públicas que beneficiem o bioma marinho não se restringem a uma esfera de poder. É realizado um monitoramento das políticas voltadas às questões marinhas no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Uma das linhas de atuação tem foco no monitoramento do Executivo em relação à criação de áreas marinhas protegidas – um esforço para que o Brasil saia dos atuais 1,58% de áreas protegidas para os 10% acordados na Convenção da Diversidade Biológica. No final de 2014, houve alguns avanços neste sentido, com a criação de sete novas Unidades de Conservação (UCs) no Brasil, sendo três em ambientes costeiros no Pará. As Reservas Extrativistas (Resex) estão localizadas nos municípios de São Caetano de Odivelas, Marapanim e Magalhães Barata, na região do Salgado Paraense, que faz parte do maior cinturão contínuo de manguezais do mundo, com 680 km de costa, indo do Amapá ao Maranhão.

Além do engajamento na esfera política, as iniciativas da SOS Mata Atlântica voltadas à conservação marinha continuam a pleno vapor. O Programa Costa Atlântica, em operação desde 2006, apoia, por meio de um fundo e de editais públicos, projetos de criação e implementação de UCs marinhas na costa brasileira. Desde o início, já foram lançados sete editais, com apoio a 37 projetos em 28 UCs em dez Estados, em uma área equivalente a 2,7 milhões de hectares. No edital de 2014, seis parcerias foram aprovadas, beneficiando uma área de 235 mil hectares. Entre os destaques, estão o projeto APA Manguezal da Barra Grande, no Ceará, cujo foco é conservação de manguezais que servem de zona de alimentação para peixes-boi. Outro projeto que recebeu apoio da iniciativa, em Barra de Mamanguape, no litoral norte da Paraíba, visa resgatar e valorizar o papel das mulheres que coletam mariscos na comunidade, aumentando sua inclusão social com benefícios à conservação da biodiversidade. ■

Da abundância à escassez: a **crise hídrica** no Sudeste





© LUIZ AUGUSTO DAIDONE/PREFEITURA DE VARGEM

Em uma palestra no formato TEDx, visualizada na internet por milhões de pessoas em todo o mundo, o engenheiro de infraestrutura Fahad Al-Attiya discorre sobre a missão fundamental de seu cargo no governo do Qatar: garantir a segurança alimentar do pequeno – porém, milionário – país. A dimensão do desafio tem pouco a ver com a densidade populacional do protetorado situado em uma península no Golfo Pérsico habitada por 2 milhões de pessoas. O problema é mesmo a falta de água, consequência do clima desértico, com chuvas imprevisíveis e irregulares. Para piorar, as limitadas águas subterrâneas foram superexploradas. Ao contrário do Brasil, o Qatar nasceu em crise hídrica.

Para ilustrar o cenário, em um dado momento da exposição, Fahad Al-Attiya pede ao público que atente para um slide. Em um quadro escuro, duas formas arredondadas de bordas claras e tamanhos diferentes representam o índice pluviométrico anual de dois países: o do Qatar, bem menor (74 milímetros), e o do Brasil (1.782 milímetros). Na árida península arábica, a solução encontrada para lidar com a adversidade natural foi desenvolver e construir gigantescas máquinas dessalinizadoras, aproveitando-se do oceano próximo para suprir o consumo doméstico de água doce.

Ao menos até agora, essa tecnologia não foi capaz de gerar excedentes para a agricultura, atividade que demanda volume muito maior de água do que o uso humano em zonas urbanas. “Vamos chegar à subsistência alimentar”, afirma, na apresentação, o engenheiro, que trabalha em um planejamento estratégico direcionado para um período de dez anos. A privação do recurso natural parece ter fertilizado o campo das ideias naquele país.

Embora genérica (a área de todo o Qatar equivale à metade do território do estado de Sergipe), a comparação apresentada por Fahad Al-Attiya é didática e ajuda a entender a importância da gestão de políticas públicas relacionadas aos recursos naturais. É útil, também, para compreender de que maneira o Brasil, em especial a região Sudeste, foi

Por THIAGO MEDAGLIA,

jornalista e escritor. Editor de projetos especiais do site infoamazonia.org, repórter freelancer da revista *National Geographic Brasil* e coautor de cinco livros relacionados ao tema água.

REPRESA DO SISTEMA CANTAREIRA, EM VARGEM (SP)

capaz de realizar o caminho inverso ao converter a invejada (ainda que discutível) abundância de fontes d'água na atual escassez.

Para a comunidade internacional, parece espantoso que uma nação tropical entrecortada por uma vasta rede hidrográfica e repleta de aquíferos subterrâneos alimentados por chuvas torrenciais fique sem água. É claro que existe um componente climático no cenário atual vivenciado pelo Estado de São Paulo, que passa por seu terceiro ano consecutivo de alta nas temperaturas e baixa ocorrência de chuvas – 2014 foi o ano mais quente da história do planeta desde 1850, quando tiveram início as medições. As condições, portanto, seriam graves por si só, mas foram intensificadas pelo esgotamento das represas responsáveis por abastecer a Região Metropolitana de São Paulo. Dados indicam que, desde 2011, mais água sai do que entra nos reservatórios administrados pela Sabesp. Por que um plano de contenção não foi traçado e executado desde então é uma explicação que as autoridades devem à sociedade.

Com represas como as do Sistema Cantareira e do Alto Tietê com os menores níveis de armazenamento de água já registrados, o governador Geraldo Alckmin (que, em outubro de 2014, durante o debate eleitoral, garantiu a integridade do abastecimento) chegou a cogitar, em janeiro de 2015, um racionamento bastante penoso para a população – do contrário, as reservas disponíveis poderiam durar apenas mais 6 meses.

Algumas das principais críticas feitas ao governo estadual recaem sobre a falta de investimentos adequados em obras de saneamento básico, que resultam, por exemplo, em perdas na distribuição da água encanada, com um índice superior a 34% em todo o estado. “São gerados hoje 60 metros cúbicos de esgoto por segundo na região metropolitana, o equivalente a quase dois sistemas Cantareiras”, esclarece Samuel Barreto, diretor do Movimento Água para São Paulo, da ONG The Nature Conservancy (TNC). Tratado, esse volume poderia ser reaproveitado.

A redução do desperdício é um dos pontos destacados por especialistas como sendo fundamental para solucionar o abastecimento em áreas populosas. Em termos gerais, a distribuição do consumo hídrico no mundo é de 70% para a agricultura, 20% para a indústria e 10% para o consumo humano. To-

dos os três setores desperdiçam muita água, como, por exemplo, nos campos agrícolas irrigados por sistemas de aspersão com um pivô central giratório, onde a maioria das gotas é perdida na evaporação ou escorre para córregos e riachos. A percepção de que a água é um recurso abundante parece contribuir para excessos desse tipo. Mas ela não poderia estar mais equivocada. Basta aprofundar o olhar sobre as características naturais do planeta.

A hidrosfera – a soma de toda a água da Terra e o ciclo que a distribui – é um sistema fechado e delicado, resultante de uma equação especial na qual fazem diferença a composição única da nossa atmosfera e a temperatura ideal, decorrente da distância do Sol. Vênus é muito quente, Marte é muito frio, mas uma conjuntura especial faz com que rios e mares proliferem pelo planeta azul.

O arranjo é tão hermético, que o teor de umidade da Terra não sofre alterações há milhões de anos. Isso significa dizer que a água bebida pelos dinossauros é a mesma que hoje precipita na forma de chuva, e que as xícaras de café na ilha de Manhattan, em Nova York (EUA), são cheias com a mesma água que cobre o leito do rio Ganges (Índia) ou que irriga as plantações de laranja do oeste paulista. A água nos liga ao passado e uns aos outros.

Os oceanos – dos quais pouco sabemos, mas nos quais causamos enorme impacto – produzem 70% do oxigênio que respiramos e determinam o clima mundial. Em todos os cantos, cientistas alertam para o fato de já vivenciarmos as consequências de um aumento na temperatura dos oceanos na forma de tempestades tropicais mais frequentes e mais fortes, o que facilita a formação de furacões e ciclones. Como se vê, as questões que envolvem a água são abrangentes, complexas e podem estar relacionadas à pesca predatória na costa africana, ao abastecimento urbano em São Paulo ou a ventos de 160 km por hora no Caribe. Seus desdobramentos, certamente, são locais, mas não se engane: água é um tema global.

É diante desse contexto que uma questão se anuncia na era do homem: haverá água suficiente em um mundo cada vez mais populoso (somos 7 bilhões agora e seremos 9 bilhões em 2045)? A resposta é não. Ainda que seja este um planeta coberto pelo líquido precioso em dois terços de sua extensão, o

olhar superficial engana. Mais de 97% da água da Terra é salgada e em torno de 2% se encontra sob a forma de neve e gelo, ou seja, resta menos de 1% para abastecer indústrias, refrigerar usinas elétricas, irrigar cultivos agrícolas, controlar incêndios e prover água potável para as comunidades humanas.

No caso específico do Brasil, pesquisadores, jornalistas e ambientalistas têm chamado a atenção para a poluição da água desde a década de 1980. Uma vasta produção científica tem sido sistematicamente ignorada e, ancorados na convivência de políticos e partidos, setores como o de grandes construtoras e empreiteiras, do agronegócio e da indústria têm feito prevalecer seus interesses frente às constatações técnicas.

“A atual crise hídrica está relacionada com o descaso com os recursos florestais”, assinala Malu Ribeiro, coordenadora do Rede das Águas, programa de mobilização e monitoramento da qualidade da água da SOS Mata Atlântica. O ápice dessa conduta parece ter sido o projeto do novo Código Florestal, proposto em meados de 2010 por Aldo Rebelo, atual ministro de Ciência e Tecnologia, no qual a

extensão legal de matas ciliares – essenciais para a proteção dos recursos hídricos – foi reduzida. Estudos indicam que, nos estados da Mata Atlântica, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, o déficit de mata ciliar chega a 53 milhões de hectares.

E o problema vai além das fronteiras da Mata Atlântica. Em uma recente compilação de estudos relacionados às questões climáticas e à Amazônia, o pesquisador, Antonio Nobre, do Centro de Ciências do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), destacou que, entre outras funções naturais, “a Amazônia cumpre o papel de ‘bomba d’água biótica’” – ou seja, o “oceano verde” da floresta tropical capta a umidade do oceano Atlântico, que é bombeada para o interior da América do Sul. Desprovida de sua cobertura original, a grande floresta já dá indícios de falhar no generoso papel de disseminadora da umidade.

A atual seca no Sudeste, segundo Nobre, está sendo avaliada por diversos pesquisadores e “embora seja cedo para afirmar, não podemos descartar a relação com o cenário ao Norte”. Uma das principais consequências da degradação florestal é a irregu-

© LUIZ AUGUSTO DAIDONE/PREFEITURA DE VARGEM



REPRESA DO SISTEMA CANTAREIRA, EM VARGEM (SP)

DADOS INDICAM QUE, DESDE 2011, MAIS ÁGUA SAI DO QUE ENTRA NOS RESERVATÓRIOS ADMINISTRADOS PELA SABESP. POR QUE UM PLANO DE CONTENÇÃO NÃO FOI TRAÇADO E EXECUTADO DESDE ENTÃO É UMA EXPLICAÇÃO QUE AS AUTORIDADES DEVEM À SOCIEDADE.

UM TOTAL DE 10% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA (19 MILHÕES DE PESSOAS) NÃO TEM ACESSO À ÁGUA TRATADA E UM NÚMERO AINDA MAIOR (35 MILHÕES DE BRASILEIROS) VIVE SEM COLETA DE ESGOTO.

laridade na ocorrência de chuvas no próprio bioma e em outras zonas do continente. Por meio de rios aéreos de vapor, a Amazônia exporta umidade e ajuda a irrigar áreas de Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, além de países como Bolívia, Paraguai e Argentina. “Sem os serviços da floresta, porções do continente que hoje são produtivas podem desenvolver um clima inóspito, quase desértico”. E complementa: “Se os paulistas querem garantir que a chuva retorne e permaneça, devem replantar a Mata Atlântica e preservar a Amazônia”.

Em um mundo cada vez mais quente, a tendência é que, nas próximas décadas, a água deixe de ser um recurso acessível e gratuito para se transformar em algo escasso e caro. A boa notícia – além das chuvas mencionadas por Fahad Al-Attiya – é que as maiores reservas hídricas conhecidas estão no Brasil. A começar pelo mais volumoso rio, o Amazonas. Nascido nos Andes, ele percorre 6.675 km até desembocar no oceano Atlântico com uma incrível vazão média diária de 17 trilhões de litros – o equivalente a 15% de toda a água enviada ao mar pelos rios do planeta.

Não bastasse, essa gigantesca bacia hidrográfica é apenas a expressão mais impressionante de um país sem igual no que diz respeito à abundância de rios, lagos e aquíferos. Somadas, as torrentes brasileiras concentram mais de 11% de toda a água doce disponível na Terra. As questões centrais são de que forma o recurso será utilizado nas próximas décadas e o que não fazer para inviabilizar sua exploração. Até porque, em muitos casos, a fartura é questionável, pois os maiores rios do país estão distantes das maiores manchas urbanas.

A água, pode-se dizer, é um recurso mal distribuído no Brasil. Em torno de 80% do líquido encontra-se na Amazônia, onde vive apenas 5% da população. Muitas dessas pessoas, ainda que cercadas de grandes rios, não têm acesso à água potável. A situação é pior no semiárido nordestino, onde 18 milhões de brasileiros convivem com severos índices de evaporação. No interior destas duas regiões (Norte e Nordeste), assim como em outros pontos isolados do território nacional, há ainda outro agravante: a falta de saneamento básico faz com que a água se torne propagadora de doenças.

Em todo o mundo, estima-se que 3,3 milhões de pessoas morrem por ano vítimas de doenças re-

lacionadas com a água. O simples ato de lavar as mãos com sabonete pode reduzir quase pela metade a ocorrência de diarreias. Um total de 10% da população brasileira (19 milhões de pessoas) não tem acesso à água tratada e um número ainda maior (35 milhões de brasileiros) vive sem coleta de esgoto.

Um dos motivadores deste cenário é a grande densidade populacional nos centros urbanos, o que leva a pontos críticos no fornecimento de água em metrópoles. A Região Metropolitana de São Paulo, como se sabe, vivencia essa condição. A maior cidade do hemisfério Sul retira metade das águas que abastecem sua população de represas situadas em áreas de mananciais. Acontece que as mais próximas – como as bacias da Billings e Guarapiranga – sofrem os efeitos da ocupação desordenada e, para piorar, rios e córregos locais não podem ser utilizados para esse fim porque estão sujos.

O Projeto Tietê, realizado desde 1992, é um dos maiores programas de saneamento do Brasil e um exemplo das dificuldades envolvidas na despoluição. “Poluir é rápido. Recuperar demanda tempo e dinheiro”, resume Samuel Barreto. Estações de tratamento foram construídas, a rede coletora estendida e bilhões gastos na tentativa de resgatar o rio. Por conta de tais esforços, além da pressão da opinião pública, de ONGs e do Ministério Público, o trecho do rio considerado morto reduziu de 530 km em 1993 para os atuais 71 km. É uma imensa vitória, mas que precisa ser acompanhada de uma nova relação com a água. “A lógica ‘reserva, usa, descarta’ precisa ser renovada”, enfatiza Barreto. “O Tietê é um espelho do descaso das pessoas com os córregos e rios que deságuam nele”, complementa Malu Ribeiro.

Nossa distorcida relação com a água me fez recordar de um ensinamento budista. Nascido no Vietnã, o monge Thich Nhat Hanh costuma citar aspectos da natureza para ilustrar suas mensagens. Em um texto, o líder religioso se vale de uma metáfora com a água ao destacar a necessidade de abandonar antigos conceitos para transcender o que está estabelecido e trazer à tona algo novo: “assim como um bloco de gelo que impede a fluidez da água, o conhecimento é um obstáculo à compreensão”. Há décadas, tal qual uma ideia fixa, o brasileiro tem consumido água de maneira desmedida, como se houvesse a certeza de lidar com um recurso inesgotável. É chegada a hora de derreter o bloco de gelo. ■

Os artigos dos autores convidados não refletem, necessariamente, a opinião da Fundação SOS Mata Atlântica.



Desenvolvimento para sempre

Um paradoxo ronda o debate eleitoral: o processo que deveria suprir oportunidades para uma ampla discussão dos problemas nacionais acaba frequentemente passando ao largo da essência desses problemas. Exemplo é o racionamento de água já enfrentado hoje por milhões de paulistanos. Partidos trocam acusações sobre o tema sem travar um debate aprofundado e isento. Em nenhum momento, porém, a tragédia da água em São Paulo foi apresentada ao eleitor como aquilo que ela de fato é: uma grave crise ambiental.

A agenda florestal e ambiental parece ter submergido no debate público brasileiro, em especial do discurso dos candidatos nas eleições de outubro. A política continua tratando a floresta como “entrave ao desenvolvimento”, quando deveria enxergá-la como alavanca deste.

Para tentar mostrar as ligações entre conservação do ambiente e bem-estar, a SOS Mata Atlântica elaborou um documento com 14 metas a serem adotadas pelos candidatos a Presidente da República e a governador. As metas estão estruturadas em três eixos: florestas, mar e cidades. O objetivo é fazer com que os candidatos se comprometam com uma agenda de desenvolvimento que seja para sempre – que preserve e fomente os recursos naturais que são o próprio alicerce do desenvolvimento.

No eixo florestas, a carta pede aos candidatos que se comprometam com o veto a qualquer iniciativa que altere o rito legal de criação de áreas protegidas, evitando a aprovação da PEC 215. Pedimos também que o próximo governo conclua o processo de regularização fundiária das unidades de conservação federais e que quintuple o orçamento das áreas protegidas. Parece ambição demais, mas tudo o que pedimos é que o Brasil invista nessas unidades o mesmo que investe a Argentina.

O eixo mar é uma agenda espantosamente nova no Brasil, país que tem mais de 8.000 km de costa e um quarto da população vivendo no litoral. Pedimos aos candidatos que trabalhem pela aprovação, já em 2015, da Lei da Política Nacional para Conservação e Uso Sustentável do Bioma Marinho, o primeiro marco legal para a proteção de nosso litoral e de nossos estuários. A falta de saneamento básico nos municípios costeiros prejudica não apenas o mar, como também a saúde dos moradores do litoral – razão pela qual propusemos que os candidatos se comprometam a dobrar, até 2018, o número de municípios costeiros com cobertura de saneamento.

O eixo cidades é o que unifica as três agendas: é nas zonas urbanas que vive 84% da população brasileira e é nelas que os efeitos colaterais do desmatamento, da poluição e do esgotamento de recursos são sentidos de forma mais aguda.

De forma a mitigar os problemas atuais e riscos futuros de desabastecimento de água, propusemos aos candidatos que trabalhem para instituir comitês de bacia em todo o país já em 2015 e, por meio deles, iniciar a cobrança pelo uso da água a todos os usuários – hoje a agricultura, maior usuário de água, goza de moratória a esse pagamento. Também pedimos que o Executivo federal proponha mudança de uma regra que permite lançar poluentes em rios urbanos para além da sua capacidade de diluição. Essa resolução, de quatro décadas atrás, impede que alguns mananciais, como o Tietê, sejam usados hoje para aliviar a sede na maior região metropolitana da América do Sul.

Os governantes de 40 anos atrás poderiam se escusar e dizer que não sabiam no que iria resultar sua curta visão de futuro. Os governantes de hoje não têm essa desculpa – e não serão perdoados se demonstrarem a mesma falta de pensamento estratégico. ■

Por **PEDRO LUIZ PASSOS**, presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, e **MARIO MANTOVANI**, diretor de Políticas Públicas da organização.

A SOS MATA ATLÂNTICA ELABOROU UM DOCUMENTO COM 14 METAS A SEREM ADOTADAS PELOS CANDIDATOS A PRESIDENTE DA REPÚBLICA E A GOVERNADOR

Publicado em 11 de setembro de 2014 no jornal *O Estado de S.Paulo*

Agronegócio e Meio Ambiente

O empenho do agronegócio brasileiro para fortalecer o setor e torná-lo mais competitivo depende da construção de uma estratégia que contenha uma agenda positiva e sustentável, que integre a expansão da produção com a conservação ambiental e a responsabilidade social. A polarização das discussões em torno do novo Código Florestal Brasileiro, que já completou dois anos, resultou na edição de uma Legislação que desagradou à maioria dos envolvidos, mas apresentou instrumentos positivos que podem de fato trazer avanços significativos para a sociedade.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é o principal ponto positivo do novo Código Florestal, capaz de promover a regularização de 5,2 milhões de imóveis rurais e dar início aos processos de recuperação ambiental rural previstos na nova legislação. Com o decreto da Presidência da República que regulamenta o Código Florestal, publicado no último dia 5 de maio, proprietários rurais têm o prazo de dois anos, a partir dessa data, para cadastrar as terras no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), especificando as áreas destinadas à produção e aquelas de conservação ambiental.

A falta de regularização ambiental pode nos levar a perder competitividade em mercados e pior, fará que o país continue convivendo com a ilegalidade e a insegurança jurídica. Não há, por exemplo, como o setor produtivo garantir a origem dos produtos do campo sem a regularização ambiental. Portanto, a regulamentação da Lei Florestal brasileira e a implementação do CAR une os setores, o agronegócio, proprietários rurais, poder público e ambientalistas na construção de uma agenda positiva sustentável e comum.

Assim como o CAR, o projeto de lei que institui o Pagamento Por Serviços Ambientais (PSA) no país é outro ponto de convergência e consenso entre ambientalistas, ruralistas, comunidade científica, órgãos gestores de meio ambiente e agricultu-

A FALTA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL PODE NOS LEVAR A PERDER COMPETITIVIDADE EM MERCADOS E PIOR, FARÁ QUE O PAÍS CONTINUE CONVIVENDO COM A ILEGALIDADE E A INSEGURANÇA JURÍDICA



© PEDRO REVILLION/PALÁCIO PIRATINI (10/07/2013)

ra. Infelizmente, está demorando muito para ser aprovado no Congresso Nacional.

O PSA cria oportunidades e pode gerar renda aos proprietários rurais, em razão do importante papel que cumprem em prol da sociedade na preservação da água e da biodiversidade, com a conservação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), das zonas de recarga de aquíferos e das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Assim, a manutenção de áreas preservadas, muitas vezes encarada como prejuízo, torna-se também uma atividade rentável.

Fruto de inúmeras audiências e discussões públicas, o PSA é uma iniciativa exitosa em diversos países. No Brasil, temos pequenos exemplos implantados por iniciativas regionais e em legislação estaduais e municipais, como fizeram os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro de forma pioneira, servindo de referência para avanços na agenda positiva sustentável.

Destaque também para o município de Extrema, em Minas Gerais, que desenvolve um projeto de PSA que recompensa produtores rurais pela proteção e restauração de áreas de mananciais estratégicas para o abastecimento hídrico de grandes centros urbanos – ali estão, por exemplo, nascentes de diversos riachos que alimentam o rio Jaguari, pivô da recente disputa por água entre São Paulo e Rio de Janeiro.

Premiada no Brasil e internacionalmente, a expectativa era que a experiência de Extrema se multiplicasse pelo país, mas ainda é pequena a quantidade de programas que pagam o produtor rural pela prestação de serviços ambientais. É preciso avançar na legislação que estabelece mecanismos positivos e valorização para quem preserva. Bons instrumentos como o PSA precisam sair das gavetas para modernizar a legislação, com um marco regulatório que estimule práticas e negócios sustentáveis. Chega de apenas castigar quem erra, é hora de premiar quem faz certo.

Existe grande divergência nos números sobre as áreas existentes para a expansão da agricultura – áreas improdutivas e degradadas em pastos e campos abandonados – e sobre o que é protegido em Unidades de Conservação no país. No entanto, em todos os casos, há consenso de que, com investimento tecnológico, ciência, planejamento integra-

do, respeito à legislação e políticas públicas positivas de incentivo a práticas sustentáveis, o Brasil pode avançar muito com o crescimento das safras associadas à proteção da biodiversidade.

Com o desenvolvimento de novos processos e tecnologia, é possível incorporar a sustentabilidade ao ambiente do agronegócio de forma estratégica, abrindo caminho para que se estabeleçam novos padrões de produção rural.

O Poder Público tem um papel preponderante na implementação de instrumentos de gestão, proteção e regulação do acesso de setores produtivos aos recursos naturais essenciais, como a água e a biodiversidade. Entretanto, só o conhecimento profundo dos biomas garantirá a tomada de decisões cientificamente corretas e socialmente justas sobre a forma de usar nosso vasto patrimônio natural.

Até o momento, apenas o bioma Mata Atlântica conta com a proteção de uma lei específica, que começa a sair do papel por meio de regulamentos e instrumentos como os Planos Municipais da Mata Atlântica, ainda de forma tímida e sem incentivos.

O PSA CRIA OPORTUNIDADES E PODE GERAR RENDA AOS PROPRIETÁRIOS RURAIS, EM RAZÃO DO IMPORTANTE PAPEL QUE CUMPREM EM PROL DA SOCIEDADE NA PRESERVAÇÃO DA ÁGUA E DA BIODIVERSIDADE.

Temos vários pactos globais lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para aperfeiçoar a responsabilidade ambiental na produção e na cadeia alimentícia, para mitigar as mudanças do clima, para enfrentamento da crise da água e da crescente demanda energética. Mas, para que possamos avançar concretamente e de forma positiva no país, precisamos fortalecer os pontos comuns da nossa agenda local.

A implementação do CAR e a aprovação do PSA são os primeiros pontos desta convocação que fazemos ao agronegócio e ao movimento ambientalista para a construção de uma agenda positiva sustentável para o Brasil. ■

Por **PEDRO LUIZ PASSOS**, presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, e **ROBERTO RODRIGUES**, engenheiro agrônomo, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas e ex-ministro da Agricultura.

Publicado em 31 de outubro de 2014 no jornal *Correio Braziliense*

Pelo fim dos lixões, sem prorrogação

Por **MARIO MANTOVANI**,
diretor de Políticas
Públicas da Fundação
SOS Mata Atlântica.

Sancionada em 2010, após 20 anos de tramitação no Congresso Nacional, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) é uma conquista da sociedade que se mobilizou por sua aprovação. A lei estabelece metas para a implementação dos planos locais de gestão dos resíduos sólidos, que incluem, entre outras coisas, o fim dos lixões e a substituição por aterros sanitários em todos os municípios brasileiros.

O prazo para que as prefeituras se adequassem à legislação terminou em agosto de 2014, sem que boa parte delas tenha concluído esse processo.

Desde então, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) tem reivindicado a flexibilização do prazo sob a justificativa da dificuldade dos prefeitos em cumprirem a lei por falta de recursos e apoio da União e dos Estados, já que o custo para transformar todos os lixões em aterros sanitários estaria estimado em R\$ 70 bilhões. Importante lembrar também que a lei prevê multas para as prefeituras que não cumprirem as metas, com valores que variam de R\$ 5 mil a R\$ 50 milhões, e que os responsáveis, incluindo-se aqui os prefeitos, respondam por crime ambiental.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no entanto, demonstram como a Lei dos Resíduos Sólidos produziu resultados positivos. Em 2008, dos 5.564 municípios brasileiros, apenas 1.902 garantiam a destinação ambientalmente adequada aos resíduos coletados. Ao final de 2013, esse número passou para 2,2 mil, abrangendo principalmente as cidades de médio e grande porte, onde vivem 55% da população brasileira.

A prorrogação do prazo não apenas desrespeitaria as prefeituras que cumpriram a medida, como também não representaria uma solução aos



© ANDREA GODOY HERRERA/SOSMA

O PRAZO PARA QUE AS PREFEITURAS SE ADEQUASSEM À LEGISLAÇÃO TERMINOU EM AGOSTO DE 2014, SEM QUE BOA PARTE DELAS TENHA CONCLUÍDO ESSE PROCESSO.



problemas apontados pela CNM. Estender o prazo não garante, por exemplo, que os municípios consigam os recursos necessários. Apenas adia a situação inaceitável de milhares de lixões no país.

O ideal é que aqueles municípios que enfrentam dificuldades para a construção dos aterros busquem soluções e a eventual prorrogação do prazo, caso a caso, intermediados pelo Ministério Público, que tem estabelecido Termos de Ajustamento de Conduta com vários municípios, instituindo contrapartidas e atrelando o compromisso dos futuros prefeitos.

Infelizmente, parece que o Congresso atual tem um entendimento diferente sobre a questão, pois no dia 14 de outubro, menos de 10 dias após o 1º turno das eleições de 2014, a Câmara aprovou a prorrogação por mais quatro anos, empurrando assim o cumprimento da lei para agosto de 2018. O curioso é que o tema havia sido incluído apenas uma semana antes da votação, por meio do artigo 117, na Medida Provisória (MP) 651, que trata de incentivos tributários. Após acordo entre o governo federal e líderes dos partidos, os deputados chegaram a retirar o artigo do texto da MP. Pouco antes da votação, recolocaram o artigo e aprovaram a medida.

No dia 29 de outubro, foi a vez do Senado aprovar a MP 651, que seguiu para a sanção da Presidência.

De acordo com declaração do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que presidiu a comissão criada no Congresso para apreciar a MP, o veto ao artigo sobre os lixões já foi articulado com o governo. No entanto, o tema será debatido em outra medida provisória, a 656, que possibilitará a prorrogação do prazo por dois anos, além de prever recursos federais para dar sustentação à implementação da PNRS pelos municípios.

O fato é que flexibilizar Leis por pressões pontuais de setores que não conseguem cumpri-las desmerece o parlamento brasileiro. Esperamos que o novo Congresso assuma com o compromisso de atender as demandas de toda sociedade e de zelar pela Constituição Brasileira. Portanto, o que está em jogo aqui, mais uma vez, é saber se prevalecerá a vontade da sociedade, que já deixou claro não admitir mais a convivência com lixões a céu aberto no Brasil, um crime ambiental que contamina os solos, agrava as emissões de gases e espalha doenças. ■



Publicado em 27 de maio de 2014 no *Blog do Planeta/Época*

O aniversário da floresta mais ameaçada do país

Por **MARCIA HIROTA**,
diretora executiva da
Fundação SOS Mata
Atlântica.

Para a maioria de nós, dia de aniversário é dia de comemoração. Mas já há algum tempo, infelizmente para a Mata Atlântica não tem sido assim. Hoje, 27 de maio, comemoramos o Dia Nacional da Mata Atlântica. É nesse dia também que a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) divulgam dados do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, estudo que monitora, há 28 anos, os desmatamentos desta que é a floresta mais ameaçada do país.

O novo levantamento monitorou, entre 2012 e 2013, os 17 Estados abrangidos pelo Bioma Mata Atlântica: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. E o resultado observado foi um aumento de 9% do valor bruto do desmatamento comparado com o ano anterior. No total, foram suprimidos 23.948 hectares, ou 239 Km², de vegetação nativa. Para ficarmos no assunto futebol, tema da hora, essa área é equivalente a nada mais nada menos do que 24 mil campos de futebol.

A grande questão é que vivem na Mata Atlântica 69% da população brasileira, algo em torno de 118 milhões de habitantes distribuídos por 3.284 municípios – 59% dos existentes no Brasil. Proteger essa floresta é garantir os serviços ambientais e a qualidade de vida das pessoas que habitam essas regiões. A destruição da vegetação reflete diretamente em questões fundamentais para nós, como a qualidade do ar ou a produção e o abastecimento de água. São Paulo, por exemplo, vive hoje um delicado momento em relação ao fornecimento de água. O desmatamento não é a causa da seca, mas uma maior cobertura vege-

tal evitaria o desaparecimento de nascentes e o esgotamento dos reservatórios. Aqui mesmo, no Blog do Planeta, o jornalista Bruno Calixto abordou bem o assunto na matéria “Para não faltar água, proteja a Mata Atlântica”, disponível em <http://goo.gl/gIcGRS>.

Minas Gerais é o estado campeão do desmatamento pelo quinto ano consecutivo, com 8.437 hectares (ha) de áreas devastadas, seguido do Piauí (6.633 ha), Bahia (4.777 ha) e Paraná (2.126 ha). Juntos, os quatro estados são responsáveis por 92% do total dos desflorestamentos, o equivalente a 21.973 ha.

DESFLORESTAMENTOS

Entre 2012 e 2013, em hectares

	UF	Desmatamento 2012-2013	Desmatamento 2011-2012	Varição
1º	MG	8.437	10.752	-22%
2º	PI	6.633	2.658	150%
3º	BA	4.777	4.516	6%
4º	PR	2.126	2.011	6%
5º	SC	672	499	35%
6º	MS	568	49	1049%
7º	PE	155	128	21%
8º	RS	142	99	43%
9º	SE	137	839	-84%
10º	RN	109	-	-
11º	SP	94	190	-51%
12º	GO	50	31	61%
13º	AL	17	138	-88%
14º	ES	14	25	-43%
15º	RJ	11	40	-72%
16º	CE	4	-	-
17º	PB	-	-	-

OBS.: NA ÚLTIMA COLUNA, EM AZUL, ESTADOS QUE REDUZIRAM O DESMATAMENTO. EM ROSA, INDICAÇÃO DE AUMENTO.



© ANTONIO VALENTIM VARELLA JR./SOSMA

Apesar de liderar a lista, Minas apresentou redução de 22% na taxa de desmatamento, que em 2011-2012 foi de 10.752 ha. A queda é resultado de moratória que desde junho do ano passado impede a concessão de licenças e autorizações para supressão de vegetação nativa do bioma. A ação foi autorizada pelo Governo de Minas Gerais após solicitação da SOS Mata Atlântica.

Em segundo lugar no ranking, o Piauí mais que duplicou as áreas desmatadas de Mata Atlântica, o que é muito preocupante. Foram 6.633 ha de áreas desmatadas, um aumento de 150% em relação aos índices registrados no período 2011-2012 (2.658 ha).

A Bahia, terceiro Estado que mais desmatou o bioma, perdeu 4.777 ha, um aumento de 6% em relação aos 4.516 ha do período anterior. Em quarto lugar no ranking, o Paraná teve uma perda de 2.126 ha de floresta nativa. Se comparado aos 2.011 ha suprimidos no ano anterior, o aumento também foi de 6%.

Já os destaques positivos são São Paulo, Alagoas, Espírito Santo e Rio de Janeiro, que tiveram redução de desmatamento de 51%, 88%, 43% e 72%, respectivamente. Nesses estados que apresentaram baixos índices de desmatamento a preocupação é com o que temos chamado de “efeito formiga”. Não há mais desmatamentos de grandes proporções, mas eles ainda acontecem para expansão de moradias e infraestrutura. Só não aparecem no nosso levantamento porque são áreas menores de 3 ha.

Uma alternativa para começarmos a reverter este triste histórico de desmatamento é a criação dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMAs), que reúnem e normatizam os elementos necessários à proteção, conservação, recuperação e uso sustentável da Mata Atlântica, único bioma com uma lei específica e protegido pelo Mapa da Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica (11428/2006). Quando o município faz o mapeamento das áreas verdes e indica como elas serão administradas – por exemplo, se vão virar um parque ou uma área de proteção ambiental – fica muito mais fácil conduzir processos como o de licenciamento de empreendimentos.

Outra ação importante é o incentivo à criação de Unidades de Conservação (UCs) e de reservas particulares, as chamadas RPPNs. Cerca de 80% do que sobrou da Mata Atlântica está em propriedades particulares e não teremos sucesso na conservação do bioma mais ameaçado do Brasil se não protegermos parte dessas áreas.

Com o compromisso de atuar em prol do bioma e da qualidade de vida das gerações futuras, nós, da Fundação SOS Mata Atlântica, junto a diversos parceiros, daremos continuidade aos projetos que desenvolvemos para a proteção da Mata Atlântica. Mas sucesso mesmo, e um Dia da Mata Atlântica para comemorarmos, só teremos quando cada vez mais pessoas estiverem mobilizadas e unidas pela defesa desta floresta. Viva a Mata Atlântica! ■

A DESTRUIÇÃO DA VEGETAÇÃO REFLETE DIRETAMENTE EM QUESTÕES FUNDAMENTAIS PARA NÓS, COMO A QUALIDADE DO AR OU A PRODUÇÃO E O ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

Publicado em 2 de setembro de 2014 no jornal *Valor Econômico*

Chances **inexploradas** nos parques brasileiros

Por **MARCIA HIROTA**,
diretora executiva da
Fundação SOS Mata
Atlântica.

O Cristo Redentor é uma das sete maravilhas do mundo moderno, um símbolo do Brasil no exterior e a atração turística mais conhecida do Rio de Janeiro. Do alto da Floresta da Tijuca, o que pouca gente sabe é que o Corcovado, onde fica o Cristo, está dentro de uma Unidade de Conservação (UC), o Parque Nacional da Tijuca, referência do potencial turístico dos Parques Nacionais do País, com mais de 2 milhões de visitas por ano.

Com 3.953 hectares de área, o Parque protege fragmentos do bioma Mata Atlântica essenciais para a cidade, sendo responsável pela oferta de diversos serviços ambientais, como a manutenção do manancial hídrico, controle da erosão e redução da poluição atmosférica, além de manter a rica biodiversidade local. Ao mesmo tempo, é um polo de turismo sustentável e uma importante área de lazer.

O exemplo do Parque Nacional da Tijuca é ainda um ponto fora da curva na realidade dos parques brasileiros. Atualmente, dos quase 70 parques nacionais existentes no país, apenas 26 estão abertos à visitação e só 18 possuem infraestrutura mínima. Em 2012, esses parques tiveram 5,3 milhões de visitantes e arrecadaram quase R\$ 27 milhões com a venda de ingressos, sendo que pouco mais de 3 milhões de visitas ocorreram somente nos Parques Nacionais da Tijuca e do Iguazu (PR), sendo este segundo um exemplo emblemático da desvalorização dos nossos parques.

O Parque Nacional do Iguazu, que abriga as Cataratas do Iguazu, patrimônio natural da humanidade, é o segundo mais visitado do Brasil e está gravemente ameaçado por um Projeto de Lei (N.º 7.123) em tramitação no Congresso Nacional que busca alterar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) para permitir a reabertura de

uma antiga estrada que cortava o Parque, fechada em 2003 por decisão judicial. Há ainda os impactos de uma hidroelétrica nos limites desse parque.

Estudo realizado por cientistas da Universidade Federal de Pernambuco e do Imazon, apresentado em abril na publicação científica *Conservation Biology*, indica que nas últimas três décadas o Brasil perdeu 5,2 milhões de hectares de florestas nativas que eram protegidas por Lei, área equivalente ao território da Costa Rica.

Com isso, além da perda de patrimônio público, o país desperdiça oportunidades de ativar a economia nacional, fomentar iniciativas para promover o desenvolvimento regional por meio de atividades sustentáveis ou ligadas ao turismo que poderiam gerar mais trabalho e melhorar a distribuição de renda, contribuindo para a inclusão social.

Um ótimo exemplo desse potencial é o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no sudeste do Estado do Piauí e que recebe turistas de todo o mundo interessados em conhecer sítios arqueológicos que preservam centenas de pinturas rupestres. Quem visita o Parque descobre também uma das melhores infraestruturas do país, fruto do trabalho de quatro décadas da pesquisadora e arqueóloga Niéde Guidon. São mais de 400 km de estradas internas com drenagem, pavimentação

O BRASIL PRECISA RECONHECER AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO O SEU MAIOR ATIVO E PRIORIZAR NOVOS MECANISMOS E RECURSOS AOS PATRIMÔNIOS EXISTENTES PARA QUE O PAÍS TAMBÉM SE FORTALEÇA COMO DESTINO TURÍSTICO.



© CHRISTIAN RIZZI/SOSMA

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

nos trechos mais complicados, centenas de sítios arqueológicos preparados para visitação com passarelas e rampas de acesso, iluminação, sinalização bilíngue e coletores de lixo, entre outros.

O trabalho da doutora Niède e sua equipe da Fundação Museu do Homem Americano tem revolucionado as teorias de ocupação das Américas, conquistando prêmios e reconhecimento internacionais. Impressionante também o impacto na realidade das comunidades do entorno do parque: escolas de tempo integral foram construídas para atender às crianças da região, incluindo alimentação e tratamento dentário. Técnicas de apicultura e produção de cerâmica foram repassadas aos jovens. As mulheres, que antes dependiam dos maridos, passaram a ocupar vagas nas mais diversas atividades oferecidas pelo Parque.

Na cidade de São Raimundo Nonato, com cerca de 35 mil habitantes, foi construído o “Museu do Homem Americano”, comparável aos melhores do mundo nessa área, o Centro Cultural Sérgio Motta, que conta com laboratórios onde pesquisadores de diversas partes do mundo e moradores locais trabalham e um campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco, com o primeiro curso público de graduação em arqueologia do Brasil. A notícia ruim é que todas essas conquistas estão hoje ameaçadas pela falta de investimentos públicos, necessários para manter a estrutura implantada. Um hotel 6 estrelas, nos moldes do que existe na África do Sul, já teve também seu projeto aprovado, mas ainda não

saiu do papel pela falta de conclusão de um aeroporto, em obras há mais de 10 anos.

Segundo a Organização Mundial do Turismo, o turismo de natureza é o segmento que mais cresce no mundo, entre 15% e 25% no ano. No entanto, o Brasil, potência ambiental com beleza paisagística incrível, pouco aproveita.

Recente pesquisa do Instituto Semeia avaliou o potencial econômico das Unidades de Conservação brasileiras e constatou que o uso turístico dessas áreas poderia gerar uma receita de até R\$ 168 bilhões em dez anos. Comparar essa receita com o PIB nacional (R\$ 5,2 trilhões) pode, à primeira vista, sugerir que o potencial é pequeno. Trata-se contudo de uma conclusão equivocada. Nos EUA, por exemplo, 70% da visitação está concentrada em 20% dos parques preferidos pelo público. Supondo que no caso brasileiro 70% da receita adicional potencial desses 168 bilhões também seja concentrada no primeiro quintil das regiões ordenadas pelo turismo, o impacto médio sobre o PIB desses locais é bastante expressivo, da ordem de 3,5%.

Os Parques Nacionais realmente estão abandonados num contexto de uma agenda de país. O Brasil precisa reconhecer as Unidades de Conservação como o seu maior ativo e priorizar novos mecanismos e recursos aos patrimônios existentes para que o País também se fortaleça como destino turístico. Hoje, nem os brasileiros nem visitantes estrangeiros podem usufruir adequadamente dessas riquezas. ■

PESQUISA DO INSTITUTO SEMEIA AVALIOU QUE O USO TURÍSTICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS PODERIA GERAR UMA RECEITA DE ATÉ R\$ 168 BILHÕES EM DEZ ANOS.

O lado **conservacionista** das empresas brasileiras

Por **MARCIA HIROTA**,
diretora executiva da
Fundação SOS Mata
Atlântica.

Pouco abordada e valorizada no país, a iniciativa de empresários na criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), certificando parte de suas propriedades à proteção dos ambientes naturais e da biodiversidade, é uma importante estratégia para a conservação da Mata Atlântica. Isto porque as RPPNs têm conquistado um espaço cada vez maior na proteção dos ecossistemas brasileiros, sendo uma categoria do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que trabalha diretamente com a sociedade civil, por meio de um ato voluntário de proprietários rurais e empresários que desejam criar uma área protegida em caráter perpétuo.

Há no Brasil, hoje, mais de 1.200 RPPNs que protegem aproximadamente 700 mil hectares. Na Mata Atlântica, onde cerca de 80% dos remanescentes florestais está em áreas privadas, elas são mais de 900 e preservam aproximadamente 200 mil hectares. Desse total, cerca de 90 mil hectares estão distribuídos por 163 reservas criadas ou financiadas por empresas. Os outros 110 mil hectares encontram-se em 737 reservas instituídas por proprietários engajados com a conservação. Ou seja, as reservas corporativas, mesmo em menor número, acabam por abranger quase metade da área protegida por RPPNs nesse bioma. Os dados são do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica, coordenado pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com a Conservação Internacional.

O Decreto 5.746/06, que regulamenta as RPPNs, reconhece que a reserva particular é de domínio privado. Assim, a RPPN é gravada em perpetuidade na escritura do imóvel, o direito sobre a propriedade é preservado e ainda são oferecidos alguns benefícios, como isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) referente à área da reserva e incentivos financeiros.

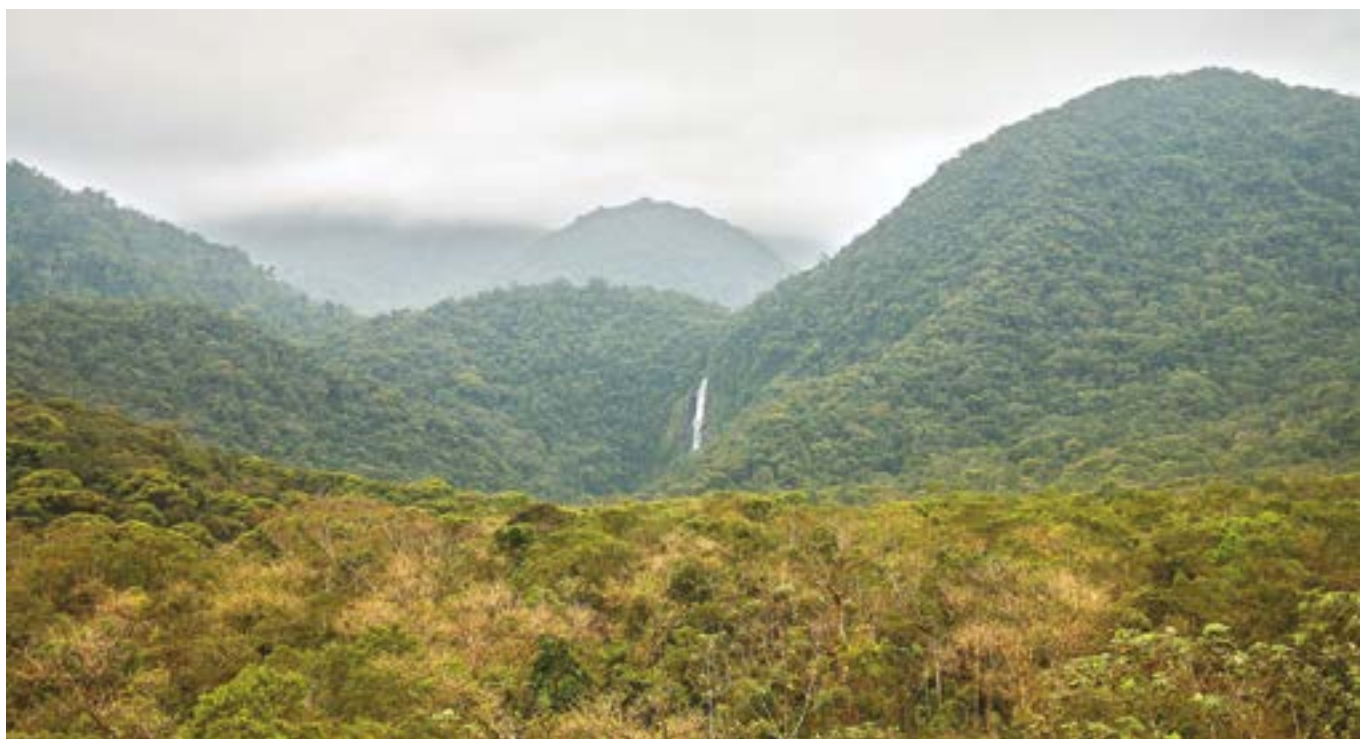
Ao ser reconhecida como RPPN, ficam permitidas em seu interior apenas atividades de pesquisa científica e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. Pode parecer restritivo, mas muitas já perceberam os benefícios desse investimento ambiental.

Para as empresas do agronegócio, por exemplo, a presença de RPPNs tem impacto direto em suas atividades, pois pode agregar valor aos seus produtos e serviços – tanto em qualidade quanto em imagem. A reserva contribui ainda para o equilíbrio ecológico, principalmente no que se refere ao controle biológico de pragas e a conservação dos recursos hídricos. Das RPPNs corporativas na Mata Atlântica, 30 são de empresas desse setor, abarcando uma área total de 13.358 hectares.

A constituição de uma RPPN pode também abrir um novo espaço de relacionamento da empresa com seus públicos de interesse. São várias as alternativas, como a oferta de atividades de recreação, lazer e de educação ambiental que envolvam a comunidade; o uso da RPPN como ambiente para treinamento e integração de seus colaboradores e o desenvolvimento de pesquisas científicas que promovam a geração de conhecimento e trocas com o meio acadêmico.

Outro setor que tem se beneficiado com a criação de reservas privadas é o de empreendimentos imobiliários e turísticos – tais como hotéis, pousadas e condomínios. Essas RPPNs acabam valorizando a região onde estão inseridas e abrem oportunidades de desenvolvimento de novos negócios ligados ao turismo sustentável, principalmente se aliados à visitação de parques localizados nos seus entornos. Esse é o setor com mais RPPNs na Mata Atlântica – são 50 reservas que protegem 5.137 hectares.

UMA ALTERNATIVA PARA EMPRESAS INTERESSADAS EM INVESTIR EM CONSERVAÇÃO É A CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS, COMO É O CASO DA FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA.



© ADRIAN MOSS

RPPN SALTO MORATO, EM GUARAQUEÇABA (PR)

Já em área, a liderança fica para o setor florestal. Com 31 RPPNs, ele é responsável pela conservação de 40.319 hectares. As principais empresas do setor são pioneiras nessa estratégia de associarem seus negócios à proteção de fragmentos da Mata Atlântica, como é o caso da Klabin, uma das maiores fabricantes e recicladoras de papéis do Brasil, que desde 1998 mantém a RPPN Fazenda Monte Alegre, com 3.852,3 hectares, em Telêmaco Borba, no Paraná. Lá são desenvolvidas pesquisas científicas, ações de proteção dos recursos hídricos, fornecimento de sementes de espécies florestais para a restauração de áreas degradadas, além da proteção de eventuais sítios arqueológicos e culturais.

Uma alternativa para empresas interessadas em investir em conservação é a criação de organizações sem fins lucrativos, como é o caso da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, criada em 1990 pela indústria de cosméticos e perfumaria O Boticário. Desde então, a Fundação apoia pesquisas e projetos ambientais e adquiriu em 1994, com apoio da The Nature Conservancy (TNC), a área de sua primeira reserva natural, a RPPN Salto Morato, no município de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, onde protege 2.253 hectares de Mata

Atlântica. Desde 1996, a RPPN está aberta ao público e se tornou uma das atrações turísticas do município, recebendo mais de 10.000 visitantes por ano, trazendo dinamismo à economia regional. Em 1999, foi reconhecida pela Unesco como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade.

Os demais setores que investem em RPPNs na Mata Atlântica são: siderurgia e mineração (30 reservas que abrangem 10.067 hectares); serviços (11 RPPNs – 9.375 hectares); energia (6 RPPNs – 10.903 hectares); têxtil (2 RPPNs – 135 hectares); empresa pública (1 RPPN – 763 hectares) e comércio atacadista (1 RPPN – 96 hectares).

Com esses exemplos, esperamos estimular que outras empresas identifiquem áreas preservadas em suas propriedades com alto valor para a conservação e as proteja sob a forma de reservas particulares. Como vimos, esse é um investimento em que todos saem ganhando. A empresa associa sua imagem diretamente à conservação ambiental, além de se beneficiar das atividades desenvolvidas em suas áreas. Já a natureza ganha um importante aliado para a preservação da rica, porém ameaçada, biodiversidade brasileira. ■



Publicado em 15 de junho de 2014 no jornal *O Globo*

Área verde do **mar**

Em 2013, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) iniciou a elaboração de seu Planejamento Estratégico com horizonte temporal de 2014 a 2022 e, lamentavelmente, não considerou ações prioritárias à proteção do território costeiro e marinho. A gestão desses territórios requer especial atenção do Governo e, embora seja incessante o esforço feito por entidades ambientalistas, academia, empresas e comunidades costeiras na proposição de agendas positivas e na busca de participação na agenda ambiental marinha, o Brasil está atrasado em relação ao resto do mundo que já entendeu a importância dos oceanos.

O Brasil, com mais de 8.600 quilômetros de costa, e aproximadamente 3,5 milhões de quilômetros quadrados de Zona Econômica Exclusiva, possui apenas 1,57% de território marinho protegido sob alguma forma de Unidade de Conservação (UC) – fundamental para conservação dos ecossistemas e da biodiversidade marinha e recuperação de espécies ameaçadas de extinção. Além disso, pouco mais de uma centena de UCs costeiro-marinha não se encontram em pleno estágio de implementação, carecendo de recursos humanos e financeiros, infraestrutura, fortalecimento e aumento de capacidade de gestão e fiscalização.

Há décadas, a Fundação SOS Mata Atlântica apoia a criação e implementação de Unidades de Conservação no Bioma Mata Atlântica, inclusive nos ecossistemas costeiros. Desde 2006, quando ampliou sua atuação para o mar e diante desse cenário, criou novos fundos, com destaque para o Fundo Pró-Unidade de Conservação marinha - um fundo de perpetuidade que “adota” algumas Unidades de Conservação marinhas e, dessa forma, contribui com sua sustentabilidade no longo prazo.

Esse tipo de iniciativa não é novidade aqui, tal como na Amazônia e em outros lugares do mundo. Na Austrália, país reconhecido por suas práticas ambientais, as parcerias público-privadas já ocor-

Por **MARCIA HIROTA**, diretora executiva da Fundação SOS Mata Atlântica, e **ROBERTO KLABIN**, vice-presidente da Fundação SOS Mata Atlântica para a área de Mar.

rem e os resultados são comprovadamente positivos, principalmente no que se refere à integração dos diversos setores na promoção da conservação da biodiversidade e na maximização dos benefícios econômicos, sociais e ambientais. No México, existe desde 1997 um fundo de perpetuidade que tem como meta conseguir 300 milhões de dólares por ano até 2050 para as diversas áreas marinhas protegidas. As ilhas Aleipata e Safata, em Samoa, e as Ilhas Fênix, em Kiribati, também já são bons exemplos de fundos de perpetuidade.

Esses fundos têm como vantagem garantir a continuidade de financiamento às UCs no longo prazo e aplicação anual das receitas líquidas. Com isso, conseguem manter as iniciativas em curso, os projetos em andamento e principalmente as pequenas despesas e imprevistos do dia a dia para a sustentabilidade da área marinha protegida.

O Fundo Pró Unidade de Conservação marinha é privado, constituído com o apoio de pessoas físicas ou empresas que fazem uma doação a fundo perdido. Esse valor é investido e seu rendimento aplicado na gestão e implementação de cada UC respeitando sempre o regimento e normas, bem como os programas previstos no Plano de Manejo da Unidade – critério-chave para garantir benefícios a longo prazo.

Já são cinco Unidades de Conservação marinha federais apoiadas por esse programa, que englobam R\$ 6.100.000,00. Os fundos da Reserva Biológica de Atol das Rocas (RN) e Estação Ecológica de Guanabara/Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (RJ) foram integralmente formados por pessoas físicas. Outras áreas já tiveram aporte inicial de empresas privadas e estão em processo de captação de recursos e constituição dos fundos: Monumento Nacional das Ilhas Cagarras (RJ), Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (PE/AL) e Área de Proteção Ambiental de Cairuçu/Reserva da Juatinga (RJ), esta última contempla uma unidade estadual.



© ANDREA GODOY HERRERA/SOSMA

PARATY/ RJ

Não se trata de cogestão de Unidades de Conservação, mas uma forma de parceria público-privada para garantir o fortalecimento e a sustentabilidade financeira desses patrimônios do país. Os resultados até agora têm sido bem expressivos e com benefícios diretos na implementação dessas UCs, especialmente na continuidade de pesquisas e projetos científicos; capacitação de chefes e equipes das unidades; reforço nas atividades de controle, fiscalização, educação e mobilização; fortalecimento dos conselhos e engajamento das comunidades locais.

No entanto, nem só de recursos financeiros depende a boa implementação de uma Unidade de Conservação. Toda a estratégia em criar os fundos de perpetuidade depende do compromisso da instituição governamental para garantir uma exímia condução do planejamento e das ações.

O BRASIL POSSUI APENAS 1,57% DE TERRITÓRIO MARINHO PROTEGIDO SOB ALGUMA FORMA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.

Para promover o desenvolvimento regional de forma sustentável aliado à conservação da biodiversidade é necessário o compromisso e a participação da sociedade. Governo, setor produtivo, instituições de ensino e pesquisa, empresas privadas, sociedade civil e comunidades locais são parte de um todo nesta estratégia, cada um fazendo o seu papel e buscando manter um diálogo em torno de uma agenda positiva em busca do equilíbrio entre a sustentabilidade e os benefícios econômicos. No Brasil, ainda há um longo caminho a percorrer. Existem investimentos, projetos, ideias, pessoas comprometidas e experientes, mas enquanto a gestão de áreas marinhas protegidas não fizer parte do planejamento estratégico na agenda do Brasil, será como remar contra a maré, além de ficar cada vez mais difícil avançar com as agendas positivas e arcar com compromissos assumidos internacionalmente. Nessa toada, o Brasil continua seguindo na contramão dos esforços globais. ■

Publicado em 14 de janeiro de 2014 na revista *Amanhã* (extinta) do jornal *O Globo*

Um patrimônio sem mecanismos de proteção

Por **ROBERTO KLABIN**, vice-presidente da Fundação SOS Mata Atlântica para a área de Mar, e **LEANDRA GONÇALVES**, bióloga e consultora da organização.

Lançado pelo governo em 22 de outubro e aguardado com expectativa pela sociedade civil, o Plano Nacional de Contingência para grandes vazamentos de petróleo deixou em aberto questões primordiais e evidenciou que o país ainda não está preparado para lidar com esse tipo de acidente e pode colocar as riquezas da costa brasileira em risco.

Com mais de 8.600 quilômetros de costa, o Brasil está intimamente ligado ao mar. A rica biodiversidade marinha tropical brasileira constitui um imenso patrimônio nacional, ainda pouco explorado pela pesquisa científica, bem pouco protegido e já bastante degradado.

DADOS DO MINISTÉRIO DA PESCA APONTAM A EXISTÊNCIA DE QUASE 1 MILHÃO DE PESCADORES NO PAÍS, RESPONSÁVEIS PELA OFERTA DE 1,24 MILHÃO DE TONELADAS DE PESCADOS POR ANO, SENDO QUE CERCA DE 45% DESSA PRODUÇÃO É DA PESCA ARTESANAL.

O litoral brasileiro também sustenta outras atividades econômicas além da exploração de petróleo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 70% da população brasileira vive na faixa situada a até 200 km do litoral. Os municípios da zona costeira abrigam 26,9% da população brasileira, ou 50,7 milhões. Desses, cerca de 4 milhões utilizam seus recursos naturais para sobreviver.

Dados do Ministério da Pesca apontam a existência de quase 1 milhão de pescadores no país, res-

ponsáveis pela oferta de 1,24 milhão de toneladas de pescados por ano, sendo que cerca de 45% dessa produção é da pesca artesanal.

O litoral é também um dos principais destinos turísticos do Brasil. Pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) aponta que das seis cidades brasileiras que mais receberam turistas estrangeiros em férias no Brasil em 2012, quatro são litorâneas.

No mês de novembro, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), da Câmara dos Deputados, realizou uma audiência pública para debater o Plano Nacional de Contingência (PNC). Foi, então, a primeira vez que o Plano foi apresentado para a sociedade civil e setores econômicos que atuam na costa brasileira, como a pesca e turismo e a decepção foi grande.

O plano criou o Grupo de Acompanhamento e Avaliação, que é composto por Marinha, Ibama e Agência Nacional de Petróleo (ANP). Esta última foi convidada para a audiência, porém não compareceu. O grupo tem como atribuição acompanhar e avaliar o incidente, determinar o acionamento do PNC, avaliar se o incidente é de significância nacional, entre outras atividades. Porém, mesmo com todas essas importantes atribuições, nenhum dos órgãos apresenta estrutura física e de recursos humanos alocada, apta e disponível para chegar, rapidamente, ao local do incidente e agir. Espera-se que a estrutura seja disponibilizada pela própria empresa – autora do acidente. Deixa vu.

Em novembro de 2011, a empresa americana Chevron causou um grande acidente no mar brasileiro, no Campo de Frade, na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro. O tamanho inicial do vazamento



© DANIEL BELTRA/GREENPEACE

foi estimado pela ANP em 330 barris por dia, ou 50 litros de óleo. No entanto, imagens de satélite da Nasa, agência espacial americana, indicaram um vazamento dez vezes maior. A extensão da mancha vista do espaço levou a um cálculo de 3,7 mil barris de óleo por dia – quantidade próxima à identificada no início do vazamento do Golfo do México (abril/ 2010), avaliado como o maior derrame acidental na história.

O episódio evidenciou a falta de governança por parte dos órgãos governamentais brasileiros, uma vez que no momento da tragédia a única fonte de informação para a sociedade era a própria empresa. O governo brasileiro não contava com suas próprias condições para chegar ao local do vazamen-

to rapidamente e avaliar seu impacto, para assim agir com rapidez e também informar, com dados precisos e transparentes, as consequências do acidente ao ambiente marinho.

O plano é novo, mas a história é velha. Desde maio passado, a Fundação SOS Mata Atlântica tenta promover um diálogo com representantes dos Ministérios responsáveis e da sociedade civil e 180 dias é o prazo estipulado ao Ministério do Meio Ambiente para publicar o manual do PNC. Acaba 2013, mas não o alerta e a atenção para que sejam estabelecidas regras claras de execução e alocadas estruturas e recursos suficientes para que o Brasil, uma potência do século 21, possa ser também uma grande potência na salvaguarda de sua zona costeira. ■

Aumento do consumo de pescados apoia-se cada vez mais em importados

Por **DIEGO IGAWA MARTINEZ**,
biólogo do Programa
Costa Atlântica da
Fundação SOS Mata
Atlântica.

Quando se pensa em peixes ou frutos do mar, logo vem a ideia de refeição saudável, como a dieta do mediterrâneo e as vantagens do ômega 3. De fato, diversos benefícios são atribuídos aos pescados, cujo consumo por habitante no Brasil saltou de cerca de 4 kg em 2008 para mais de 11 kg em 2011. No panorama global, de acordo com o último relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) sobre o estado mundial da pesca e aquicultura, o pescado já corresponde a 17% do consumo global de proteína e o peixe aparece como um dos alimentos mais comercializados de todo o mundo.

Apesar do aumento do consumo ser uma boa notícia para alguns setores da economia, o cenário da produção não é nada animador. A pesca extrativa marinha ainda responde por grande parte da produção pesqueira, mas cerca de 30% dos estoques pesqueiros mundiais encontram-se em estado de sobrepesca, ou seja, são insustentáveis. Outros 60% estão em estado de plena exploração e sem possibilidades de aumento da produção.

No Brasil, o cenário não é diferente. Desde a conclusão das avaliações do ReviZEE (Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva), promovido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), sabemos que, a despeito da grande área marinha na Zona Econômica Exclusiva brasileira, nosso mar não está para peixe. A produção total da pesca extrativa marinha encontra-se praticamente estagnada (553 mil toneladas em 2011, contra 585 mil em 2009) e sem perspectivas para qualquer aumento significativo. Enquanto isso, recursos importantes mantêm-se em estado preocupante de sobre-ex-

ploração, como, por exemplo, a sardinha, corvina, diversas espécies de cações (tubarão) e cherne-poveiro. Este último, inclusive, entrou em completo colapso e sua pesca encontra-se sob moratória.

Frente a essa realidade, o aumento do consumo de pescados apoia-se cada vez mais em produtos importados. De acordo com a última avaliação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), a balança comercial de pescados em 2011 apresentou um déficit de US\$ 991 milhões. Investimentos em qualidade do pescado e melhorias na gestão da atividade poderiam ser caminhos interessantes para o desenvolvimento do mercado, entretanto, o que encontramos hoje é um mercado bastante problemático, sem informações transparentes e com grande informalidade.

Um estudo promovido pela Fundação SOS Mata Atlântica, entre abril e maio de 2014, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, mostrou que no dia a dia de feiras, peixarias, supermercados e restaurantes o consumidor muitas vezes não consegue exercer plenamente seu poder de escolha. Isso ocorre porque no varejo atual é praticamente impossível obter informações corretas sobre a origem, períodos de defeso (quando a pesca da espécie é proibida para garantir sua reprodução), métodos empregados nas pescarias e até mesmo sobre a real identidade do pescado.

Durante esse levantamento, foram observadas 29 ocorrências de venda de produtos com rotulagem trocada – cação como badejo, oveva como corvina e até cherne-poveiro, que tem sua captura e comercialização proibida desde 2005, sendo vendido como cherne. Essas fraudes contra o consumidor podem ocorrer por mera questão de cultura ali-



© MARCOS ROSA

mentar, quando o nome de produtos não tão conhecidos no mercado são trocados por outros de melhor aceitação, mas em algumas situações são feitas com o objetivo de aumentar o preço ou mascarar algum produto de comercialização proibida.

Quanto à questão dos defesos, nenhum comerciante entrevistado, em um universo de 99 estabelecimentos visitados, conseguiu informar todos os períodos de paralização de pesca. Portanto, caso o consumidor não tenha ele próprio esse conhecimento, a probabilidade de levar para casa um produto proibido em determinada época do ano não é pequena. No Rio de Janeiro, por exemplo, foram vistas lagostas frescas sendo vendidas durante o defeso e é possível, apesar de improvável, que nem os comerciantes sabiam das restrições.

A mesma situação foi encontrada para os métodos de captura ou petrechos de pesca utilizados na obtenção dos produtos, já que quase nenhum comerciante tinha esse conhecimento. Quanto à origem, as respostas mais comuns eram CEASA, CEAGESP, Cabo Frio ou “vem do sul”, respostas genéricas que equivalem praticamente a dizer que “o leite vem da caixinha”. Portanto, não existe nenhuma garantia de que a pescaria foi feita fora de áreas protegidas e de acordo com a legislação.

Tampouco existe a possibilidade do consumidor optar por um produto que foi pescado com melhores práticas ambientais, utilizando, por exemplo, mecanismos de redução da pesca acidental ou de desperdícios. Em suma, o caminho do mar à mesa é completamente desconhecido pelo cidadão.

Esses resultados evidenciam que falta no Brasil uma política que permita a rastreabilidade do pescado, envolvendo governo, setor produtivo, transportadores, comércio e consumidores. O próprio Ministério da Pesca admite que o país ainda sofre com a pesca ilegal, não regulada e não reportada, apesar dos avanços com o registro geral da pesca, anuários estatísticos e monitoramento de embarcações.

No fim das contas, todos perdemos com essa falta de informação – o setor produtivo fica limitado para melhorar sua atuação; o mercado não consegue fornecer produtos com maior qualidade; o governo não consegue cumprir seu papel regulador; o consumidor vira refém e o ambiente marinho fica sujeito à exploração desregulada. A implantação de rastreabilidade e acompanhamento da cadeia produtiva deve ser uma prioridade na agenda pública, sob a pena das expectativas de crescimento do setor naufragarem, levando junto uma grande biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas marinhos. ■

**DADOS DO
MINISTÉRIO DA
PESCA APONTAM
A EXISTÊNCIA DE
QUASE 1 MILHÃO
DE PESCADORES
NO PAÍS,
RESPONSÁVEIS
PELA OFERTA
DE 1,24 MILHÃO
DE TONELADAS
DE PESCADOS
POR ANO.**



Publicado em 3 de fevereiro de 2014 no jornal *Folha de S.Paulo*

Porque o Tietê **continua sujo**

Por **MALU RIBEIRO**,
coordenadora da
Rede das Águas da
Fundação SOS Mata
Atlântica.

Sem água de boa qualidade, São Paulo não pode mais se dar ao luxo de desperdiçar rios e córregos para diluir esgoto. A média das análises da qualidade da água realizada no período de setembro a dezembro de 2013, em 78 testes feitos pela Fundação SOS Mata Atlântica com grupos de voluntários em rios do Alto e Médio Tietê, aponta melhoria em 49 pontos de coleta. Mesmo assim, não há muito o que se comemorar.

Dos rios e córregos analisados, 13 pontos têm índices péssimos de qualidade e somente 4 saíram dessa condição para regular, graças à integração do projeto Córrego Limpo nas ações de despoluição em São Paulo. Ao longo do Tietê, de Mogi das Cruzes a Barra Bonita, 16 testes obtiveram índice ruim, 46 regular e apenas 3 tiveram índice aceitável. Esses indicadores descrevem o cenário de 21 anos do Projeto de Despoluição do Tietê, que está em sua terceira etapa e já demandou US\$ 2,1 bilhões.

A recuperação da bacia do Alto Tietê, com 18 milhões de habitantes distribuídos em 39 municípios, começa a se consolidar em um programa de saneamento ambiental. É possível medir e comprovar que, para cada metro cúbico de esgoto tratado na Região Metropolitana, um quilômetro de rio renasce no interior.

O monitoramento realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica aponta que, no início de 1990, metade do Tietê estava morto. A mancha gerada por esgotos domésticos e industriais cobria mais de 500 km e os rios de São Paulo eram os mais poluídos do Brasil.

É POSSÍVEL MEDIR E COMPROVAR QUE, PARA CADA METRO CÚBICO DE ESGOTO TRATADO NA REGIÃO METROPOLITANA, UM QUILOMETRO DE RIO RENASCE NO INTERIOR.



© ACERVO SOSMA



Em uma década, a indústria cumpriu a legislação e tratou efluentes. De 1.210 lançamentos de cargas tóxicas nos rios, restaram pouco mais de 400 indústrias, controladas pela Cetesb (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental de São Paulo). Porém, os esgotos domésticos – responsabilidade dos municípios e do Estado – continuaram sendo lançados e se tornaram o maior vilão das águas.

Somente em 2010 a população começou a perceber singelos resultados. Na capital, o odor deixou de ser o principal incômodo à população. No interior, o Tietê fomenta a economia e voltou a fazer parte da cultura paulista.

Mas, para que apresente resultados efetivos na capital, é preciso tirar do papel o pacto pela despoluição anunciado pelo governador Geraldo Alckmin. Esse pacto político, que conta com apoio da iniciativa privada, precisa ser capaz de promover a gestão integrada do saneamento na bacia.

Dez municípios da Região Metropolitana não são operados pela Sabesp, responsável pelo Projeto Tietê. Essa divisão de competências e as diferenças político-partidárias resultam em entraves que fazem com que a despoluição seja muito mais difícil do que em outros países que recuperaram grandes rios, como o Tâmesa e o Reno.

A ocupação desordenada e o aumento de moradias irregulares desprovidas de coleta e tratamento de esgotos impõem a necessidade da atuação integrada do Estado, União, Municípios e da sociedade. É preciso conectar mais 200 mil domicílios à rede de esgoto, o que representa mais de 1,5 milhão de pessoas com acesso ao saneamento, elevando os índices de tratamento de esgoto a 84%. Somente o esforço conjunto permitirá que os rios de São Paulo voltem a fazer parte do cotidiano das pessoas e das cidades de maneira positiva. ■

Publicado em 24 de junho de 2014 no jornal *Folha de S.Paulo*

O alerta da água para o zoneamento urbano em São Paulo

Por **MARIO MANTOVANI**, diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica, e **MALU RIBEIRO**, coordenadora da Rede das Águas da organização.

A crise da água em São Paulo traz um alerta aos governantes e à sociedade sobre a importância do planejamento e do zoneamento urbano. Enquanto o Sistema Cantareira seca, aumentam as pressões junto à Câmara Municipal de São Paulo para mudanças no zoneamento e no ordenamento territorial, por meio do novo Plano Municipal da Capital.

Embora a criação de zonas especiais de interesse social (ZEIs) para moradias populares seja extremamente necessária, a preservação das áreas de mananciais e dos remanescentes de mata nativa é vital para que a Região Metropolitana de São Paulo tenha água para atender as necessidades atuais e futuras da população.

A disputa por uso do solo no espaço urbano levou o Tribunal de Justiça de São Paulo a criar câmaras especializadas em julgamentos de conflitos fundiários e a ampliar varas. Invasões, ocupações de terras e disputas por posses provocaram uma verdadeira enchente de ações judiciais e manifestações nas ruas da cidade.

As recentes ocupações e os conflitos por posses de áreas em São Paulo resultaram no ingresso de mais de 10 mil novas ações judiciais neste ano. Esse acúmulo de processos chama a atenção das autoridades para o grave problema que a falta de planejamento integrado e de entendimento sobre a real importância do uso sustentável do solo geram à sociedade. Os escassos fragmentos de mata nativa, as áreas de

preservação permanente e as Unidades de Conservação – como parques e reservas – são as áreas mais ameaçadas pela falta de políticas públicas eficientes de habitação, saneamento e gestão ambiental.

As áreas de mata nativa, e não de mato como dizem, cumprem uma importante função social e prestam os mais relevantes serviços ambientais, com a conservação da água e do clima, contenção de encostas e enchentes, contribuem para o saneamento e, principalmente, com a qualidade de vida e saúde das populações urbanas. A conservação de mata nativa por proprietários privados é onerosa e, infelizmente, ao longo dos anos foi pouco valorizada. Porém, é também um direito de propriedade que precisa ser reconhecido por seu papel social e ambiental e por políticas públicas eficientes.

A revisão do Plano Diretor de São Paulo coloca nas mãos dos vereadores o futuro da maior região metropolitana do país e realça para nós, cidadãos e gestores públicos, a importância da participação no planejamento estratégico e integrado das nossas cidades.

Como contribuição para esse processo, a Fundação SOS Mata Atlântica enfatizou em documento protocolado na Câmara Municipal de São Paulo a importância do Plano Municipal da Mata Atlântica, instrumento que possibilita para a sociedade participar efetivamente do planejamento urbano e buscar soluções que permitam compatibilizar a conservação ambiental, a preservação de parques e áreas de mananciais com zonas especiais de interesse social e atividades econômicas.

Os parques e áreas de vegetação nativa também são patrimônio público e conquistas da sociedade. Nossa responsabilidade é garantir que as cidades sejam mais sustentáveis, ambiental e socialmente justas. ■

OS PARQUES E ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATIVA TAMBÉM SÃO PATRIMÔNIO PÚBLICO E CONQUISTAS DA SOCIEDADE.

Publicado em 21 de agosto de 2014 no *Blog do Planeta/Época*

O que ganhamos se o Minhocão de São Paulo virar parque

Uma proposta que até pouco tempo parecia mais cenário de obra de realismo fantástico, acaba, pela primeira vez, de ganhar uma possibilidade real de se concretizar: a transformação do Minhocão, via expressa de 2,8 km que liga a região central à zona oeste da cidade de São Paulo, em parque municipal.

O fato é que o novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, em vigor desde 31 de julho, determina a desativação do Elevado Costa e Silva como passagem viária. Já sobre quando e como isto deverá acontecer, a Lei não é tão específica – não há prazos definidos para a desativação, que pode acontecer por meio da demolição ou da transformação, total ou parcial, da obra em parque.

Recentemente, a implosão do Elevado da Perimetral para a revitalização e reurbanização da área portuária no Centro do Rio de Janeiro chamou a atenção de todos. Assim como o Minhocão, o viaduto costumava ser criticado por ser causador de diversos transtornos. Entre os principais, ter mudado a estética da região. Neste caso, a opção foi pela demolição.

Se em São Paulo a opção for pelo parque, as vantagens são muitas, a começar pela ampliação da cobertura vegetal numa região tomada por concreto e aridez, além da oferta permanente de uma área de lazer, já acostumada a receber a população para caminhadas, corridas e passeios de bicicleta no período da noite ou aos finais de semana, quando a circulação de carros é proibida. E os benefícios vão além, como mostra o bom exemplo do “High Line Park”, o parque do momento de Nova York.

Lá, moradores do entorno de uma antiga linha elevada de trem, que estava abandonada desde a

década de 1980 e gerava degradação para o bairro, se uniram para pedir um parque no local. O grupo não só conseguiu impedir a demolição da estrutura, como também liderou um movimento que, em 2009, a transformou em espaço público. A Prefeitura de Nova York investiu no paisagismo um valor alto – US\$ 100 milhões. Porém, segundo Amanda Burden, que era a responsável pelo planejamento urbano da cidade no período, o retorno foi enorme. Estima-se que a valorização imobiliária e a atração de novos investimentos na área geraram US\$ 2 bilhões em receitas adicionais na economia.

SE EM SÃO PAULO A OPÇÃO FOR PELO PARQUE, AS VANTAGENS SÃO MUITAS, A COMEÇAR PELA AMPLIAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL NUMA REGIÃO TOMADA POR CONCRETO E ARIDEZ, ALÉM DA OFERTA PERMANENTE DE UMA ÁREA DE LAZER.

O que a cidade, os moradores e empresários ganham com essas áreas? Parques tornam a vizinhança mais valiosa e promovem a valorização dos imóveis. Um estudo da New York City Commercial Real Estate (CBRE) analisou a região de cinco parques e mostrou que, em média, escritórios fronteiriços aos parques tinham aluguel 44% maior do que os localizados um quarteirão mais distantes. O Bryant Park – que na década de 1980 era reduto de traficantes de drogas – foi o que mais valorizou os imóveis (63% comparado aos localizados um quarteirão de distância), seguido pelo

Por **MARCIA HIROTA**,
diretora-executiva
da Fundação SOS
Mata Atlântica.

CIDADES



**HIGH LINE PARK,
EM NOVA YORK**

© MARCIA HIROTA/SOSMA

Madison Square Park (54%), a High Line (51%), o Battery Park (39%) e o Hudson River Park (14%). É claro que esse é um movimento que, se não for bem administrado, traz consequências negativas geradas pela especulação imobiliária, mas esse é um tema para outro artigo.

Além da questão econômica, tem também o bem-estar promovido por áreas verdes urbanas. Para Amanda, essas áreas públicas têm cinco principais funções: propiciam recreação, socialização, bem-estar espiritual, valorização econômica e geram orgulho ao cidadão. No entanto, não adianta criar um parque sem pensar no design e, principalmente, na manutenção – só o High Line tem custo anual de US\$ 10 milhões para deixar a manutenção em dia. “Se um banco quebra e não é arrumado, no dia seguinte ocorre um crime, pois acham que ninguém está vendo”, afirma ela.

UM ESTUDO DA NEW YORK CITY COMMERCIAL REAL ESTATE (CBRE) ANALISOU A REGIÃO DE CINCO PARQUES E MOSTROU QUE, EM MÉDIA, ESCRITÓRIOS FRONTEIRIÇOS AOS PARQUES TINHAM ALUGUEL 44% MAIOR DO QUE OS LOCALIZADOS UM QUARTEIRÃO MAIS DISTANTES.

Nossa luta é por mais áreas verdes e florestas nas áreas urbanas e no entorno das cidades. Afinal, o capítulo de meio ambiente da Constituição Federal diz que todos nós temos “*direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida*”. Exemplos dessa busca não faltam em São Paulo, onde movimentos lutam pelo Parque da Augusta e pela integridade do Parque Burle Max, ou seja, pelo bem comum e pela coletividade.

A decisão se o Minhocão será ou não transformado em parque urbano fica para os próximos capítulos. Como os exemplos mostram, esse seria um ótimo caminho e depende da nossa mobilização! ■

VOCÊ TAMBÉM
É PARTE DA
MATA ATLÂNTICA!



SOS MATA ATLÂNTICA

SAIBA MAIS SOBRE COMO
A FUNDAÇÃO ATUA NA
CONSERVAÇÃO DAS NOSSAS
MATAS E AJUDE A CONTINUAR
PROJETOS FUNDAMENTAIS
PARA A NATUREZA.

FILIE-SE E CONTRIBUA
A PARTIR DE 70 REAIS POR ANO.
ACESSE SOSMA.ORG.BR.